



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - [www.tre-go.jus.br](http://www.tre-go.jus.br)

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 49/2022

UASG 070023

(Processo SEI nº 22.0.000005796-0)

### AMPLA PARTICIPAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE/GO) torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento o menor preço, no regime de empreitada por preço global, mediante as condições e exigências estabelecidas neste Edital e na forma da Lei nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, dos Decretos nº 10.024/2019, 9.507/2018, e 8.538/2015, Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018 e Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993.

**Data da sessão: 26/08/2022**

**Horário: 8:30 horas – horário de Brasília**

**Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

#### 1. DO OBJETO

**1.1** O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de condução de veículos para o transporte de pessoas, cargas, materiais e documentos, em veículos próprios, alugados ou cedidos ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás – TRE-GO, quando em exclusivo deslocamento oficial, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2** Em caso de divergência entre as especificações contidas no Sistema Eletrônico de Compras do Governo Federal e as constantes neste Edital, prevalecerão as últimas.

#### 2. DO QUANTITATIVO DE POSTOS DE TRABALHO

SERVIÇO	QTD DE POSTOS DE TRABALHO
Condução do veículo à disposição da Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia	1
Condução do veículo à disposição da Diretoria do Foro Eleitoral de Goiânia	3

**2.1** Os serviços objeto deste Edital serão, em sua maioria, prestados na região jurisdicionada pela Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO.

**2.1.1** Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia sediada à Rua 10 qd W Ltes 06/09, Setor Araguaia - Aparecida de Goiânia-GO.

**2.1.2** Diretoria do Foro Eleitoral de Goiânia sediada à Esquina da Avenida T-1 com Avenida T-52 – Setor Bueno – Goiânia-GO.

### **3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1** A despesa com a contratação de que trata o objeto desta licitação correrá, no presente exercício, a cargo do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0052 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado de Goiás, Natureza de Despesa 339037 – subitem 01.

### **4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**4.2** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela infraestrutura de chaves públicas brasileiras – ICP-BRASIL.

**4.3** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**4.4** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.5** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.5.1** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

**5.1** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3/2018.

**5.2** Não poderão participar desta licitação:

**5.2.1** Entidades empresariais que não atendam às condições deste edital e seus anexos;

**5.2.2** Impedidos de licitar e contratar com a União;

**5.2.3** Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Administração Pública;

**5.2.4** Entidades empresariais que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**5.2.5** Proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

**5.2.6** Proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

**5.2.7** Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

**5.2.7.1** Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

**5.2.8** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

**5.2.9** Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**5.2.10** Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

**5.2.11** Cooperativa de mão de obra, conforme disposto no art. 5 da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012;

**5.2.12** Entidades empresariais que tenham entre os seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/GO;

**5.2.13** Entidades empresariais que tenham entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal.

**5.2.14** Dirigente desta entidade ou responsável pela licitação;

**5.2.15** Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

**5.2.15.1** As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de falências).

**5.3 É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização.**

**5.4 A simples participação neste certame implicará:**

**5.4.1** A aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital;

**5.4.2** A inclusão na proposta de preços de parcelas de qualquer natureza, diretas ou indiretas, pertinentes à formação dos preços e/ou dos serviços;

**5.5** Como condição de participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**5.5.1** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir o tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

**5.5.1.1** A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**5.5.2** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**5.5.3** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**5.5.4** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

**5.5.5** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

**5.5.6** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.5.7** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**5.6** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei e neste edital.

**5.7** O licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte optante do Simples Nacional, que não se enquadre na exceção estabelecida no §1º do artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006, não poderá apresentar proposta que contenha os benefícios dessa opção e, caso seja adjudicatário do objeto licitatório, estará sujeito à exclusão obrigatória do Simples Nacional, devendo comunicar à Receita Federal do Brasil a assinatura de contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da citada Lei Complementar, apresentando ao TRE-GO a cópia desse ofício, com comprovante de entrega e recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega na SRF.

## **6. DA VISTORIA/VISITA TÉCNICA**

**6.1** Até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, os interessados poderão vistoriar os locais onde serão prestados os serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à com a Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia, pelo telefone 62 3283-2211/3004, e Diretoria do Foro Eleitoral de Goiânia, pelo telefone 62 3920-4336/4332, com os respectivos Diretores.

**6.1.1** A vistoria técnica prévia nas instalações dos locais de execução dos serviços é facultativa, no entanto, é recomendável para o correto dimensionamento dos custos e elaboração da proposta pelo licitante, com o objetivo de inteirar-se das condições de trabalho, examinando as áreas, tomando ciência das características e peculiaridades dos serviços, informações e quantitativos de pessoal e grau de dificuldades existentes, de modo a evitar futuros problemas.

**6.1.2** A vistoria será realizada pelas licitantes interessadas de forma individualizada, ou seja, não poderá haver vistoria simultânea por duas ou mais empresas.

**6.1.3** Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

**6.2** O licitante deverá:

**6.2.1** Apresentar, relativamente à visita técnica, a Declaração constante do Anexo I do Termo de Referência.

## **7.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**7.2** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC 123/2006.

**7.5** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**7.6** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.7** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**7.8** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**7.9** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**7.10** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**8.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: OS SUBITENS A SEGUIR PODEM SER ALTERADOS CASO HAJA PREVISÃO DE DIÁRIAS, SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS, ETC.

**8.1.1 Valor unitário – informar o valor global da contratação, considerando o somatório do valor total anual dos serviços ordinários e o valor total anual dos serviços extraordinários;**

**8.1.2 Valor total – informar NOVAMENTE o valor global da contratação, considerando o somatório do valor total anual dos serviços ordinários e o valor total anual dos serviços extraordinários;**

**8.1.3 Descrição detalhada do objeto.**

**8.2** No preenchimento dos campos citados no inciso anterior, não poderão ser registrados elementos que acarretem a identificação do licitante, sob pena de desclassificação de sua proposta.

**8.3** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante/contratada;

**8.4** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento de Planilha de Custos e Formação de Preços, podendo ser utilizado o modelo de planilha anexo a este Edital;

**8.5** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema compras governamentais ou de eventual desconexão.

**8.5.1** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto a eventuais custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

**8.5.2** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

**8.6** No pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**8.8** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**8.8.1** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**8.9** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**9.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**9.2** Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, que contenham vícios insanáveis, ilegalidades, que apresentem elementos que identifiquem o licitante, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

**9.2.1** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.2.2** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**9.3** Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

**9.4** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, e somente estas participarão da fase de lances.

## **10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**10.1** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**10.1.1** O lance deverá ser ofertado pelo valor global da contratação, considerando o somatório do valor total anual dos serviços ordinários e o valor total anual dos serviços extraordinários

**10.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**10.3** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**10.4** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**10.5** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**10.5.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**10.5.2** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.5.2.1** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.5.3** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**10.5.4** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.5.5** Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

**10.6** Após a etapa de envio de lances, e também quando não houver envio de lances após o início da fase competitiva, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o caso, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei 8666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

**10.7** Em sendo ofertados lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

**10.7.1** Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**10.8** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**10.9** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para o envio dos lances.

**10.9.1** Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**10.10** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO**

**11.1** Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**11.2** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**11.3** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**12.1** Encerrada a etapa de lances e negociação, **caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar seja microempresa ou empresa de pequeno porte**, como condição prévia para aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará no Portal da Transparência do Governo Federal (<http://www.portaldatransparencia.gov.br>) se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, seria suficiente para extrapolar o limite previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**12.1.1** Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro deverá indeferir a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme art. 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123/2006, com a consequente recusa do lance final, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao caso.

**12.2** Encerrada a etapa prévia para aceitação da proposta, o licitante melhor classificado será convocado para enviar, sob pena de desclassificação, por meio de *upload* no sistema, proposta de preços escrita, adequada ao seu último lance ofertado após a negociação, **acompanhada de planilhas de custos e formação de preços dos serviços, por localidade de sua prestação**, sendo-lhe estabelecido prazo razoável para esse envio, que não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) minutos.

**12.2.1** O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação do licitante, escrita e justificada e formulada antes de findo o prazo estabelecido.

**12.3 Nas planilhas de custos e formação de preços elaboradas pelos licitantes deverão ser observados o piso salarial e demais haveres trabalhistas prescritos na Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Estado de Goiás e o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário no Estado de Goiás para a função de motoristas executivos, utilizando, como modelo, as planilhas constantes do Anexo II deste instrumento.**

**12.3.1** Para possibilitar análise de suas planilhas de custos e formação de preços, os licitantes **deverão** apresentar os seguintes documentos complementares:

**12.3.1.1** Planilhas de preços unitários e totais ofertados para uniformes;

**12.3.1.2** Memória de cálculo detalhada contendo a metodologia e fórmulas adotadas para obtenção dos valores propostos para os componentes da planilha de custos e formação de preços dos serviços;

**12.3.1.3** Documento apto a comprovar o Fator Acidentário de prevenção (FAP) do licitante;

**12.3.1.4** Cópia da norma coletiva de trabalho (Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho, etc) utilizada para o cálculo do salário e demais haveres trabalhistas definidos na planilha de custos e formação de preços.

**12.4** Se os documentos complementares à análise das planilhas de custos e formação de preços não forem encaminhados juntamente a estas, o Pregoeiro poderá fixar prazo para a apresentação.

**12.5** No cálculo do valor estimado pela Administração foi utilizada a Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Estado de Goiás e o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário no Estado de Goiás, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o número GO000452/2021.

**12.5.1** **Se na data de abertura do certame a Convenção Coletiva de Trabalho utilizada por este TRE-GO para a formulação de seus preços for alterada/substituída, as propostas dos licitantes deverão ser apresentadas observando as normas e haveres determinados pelo novo instrumento normativo.**

**12.6** O Pregoeiro examinará a proposta quanto à sua exequibilidade, à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ao máximo estipulado para a contratação neste edital.

**12.7** O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRE/GO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**12.8** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta vencedora, podendo, o Pregoeiro, fixar prazo para seu reenvio.

**12.8.1** O ajuste da planilha **não** poderá implicar aumento do valor global da proposta apresentada.

**12.9** Será desclassificada a proposta que:

**12.9.1** Não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

**12.9.2** Contenha vício insanável ou ilegalidade;

**12.9.3** Apresente valores mensal ou total dos serviços superiores aos estimados por esta Corte, ou manifestamente inexequíveis.

**12.9.3.1** Os valores estimados pela Administração estão registrados no Anexo II deste edital.

**12.9.3.2** Considera-se manifestamente inexequível a proposta que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços, global ou unitários, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

**12.9.3.3** A inexequibilidade de valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrarie exigências legais e o valor total ofertado seja exequível.

**12.10** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**12.10.1** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**12.10.2** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**12.11** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido

**12.12** O não atendimento às diligências para correção ou justificativa de eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro ou para comprovação da exequibilidade dos preços, implicará na desclassificação da proposta.

**12.13** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas em Lei e neste instrumento convocatório.

**12.14** Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

**12.15** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **13. DA HABILITAÇÃO**

**13.1** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**13.1.1** SICAF;

**13.1.1.1** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**13.1.1.2** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**13.1.1.3** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**13.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

**13.1.3** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

**13.1.4** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

**13.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**13.3** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição daquelas especificadas nos itens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**13.4** Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

**13.5** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, seguindo-se, para aceitação da proposta subsequente, a disciplina antes estabelecida.

**13.6** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF)**, relativamente aos documentos por ele abrangidos, **quanto à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes desse sistema, nos termos do § 2º do artigo 26 do Decreto 10.024/2019.**

**13.6.1** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, **ou encaminhar, concomitantemente à apresentação da proposta no sistema, a respectiva documentação atualizada.**

**13.6.1.1** O descumprimento implicará a inabilitação do licitante, exceto se em consultas a sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, feita pelo Pregoeiro, este lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**13.7 Para fins de habilitação, ressalvado o disposto no item 13.6, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação:**

**13.7.1 Habilitação jurídica:**

**13.7.1.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**13.7.1.2** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**13.7.1.3** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**13.7.1.4** No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**13.7.1.5** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**13.7.1.6** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da Instrução Normativa DREI nº 10, de 05/12/2013;

**13.7.1.7** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764/1971.

**13.7.1.8** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**13.7.2** Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**13.7.3 Regularidade fiscal e trabalhista:**

**13.7.3.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**13.7.3.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**13.7.3.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**13.7.3.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**13.7.4** O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte **NÃO ESTÁ DISPENSADO DA APRESENTAÇÃO** da documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, devendo apresentá-la mesmo que esteja com alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**13.7.4.1** A existência de restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital, sendo-lhe, nessa situação, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**13.7.4.1.1** O prazo previsto poderá ser prorrogado, a critério da Administração Pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**13.7.4.1.2** A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.



### 13.7.5 Qualificação Econômico-Financeira:

**13.7.5.1** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

**13.7.5.1.1** Será admitida a apresentação de balanço intermediário se decorrente de lei ou de previsão no estatuto ou contrato social da licitante.

**13.7.5.2** Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

**13.7.5.2.1** Se a certidão tratada no subitem anterior não indicar seu prazo de validade será considerada vigente pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua emissão.

**13.7.5.2.2** No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

**13.7.5.3** Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;

**13.7.5.4** Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, conforme modelo constante no Anexo

V;

**13.7.5.5** Os documentos acima definidos deverão comprovar:

**13.7.5.5.1** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

**13.7.5.5.2** Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor total estimado para a contratação ou item pertinente;

**13.7.5.5.3** Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação;

**13.7.5.5.4** Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão.

**13.7.5.6** Caso o valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a licitante deverá acrescentar as devidas justificativas.

**13.7.5.6.1** Se as justificativas não forem entregues juntamente com a documentação, o Pregoeiro poderá fixar prazo para a sua apresentação.

### 13.7.6 Qualificação técnica:

**13.7.6.1** Um ou mais atestados e/ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que o licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados com número de postos equivalentes aos necessários para a execução dos serviços a serem contratados em decorrência deste certame, por período não inferior a 12 (doze) meses.

**13.7.6.1.1** Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

**13.7.6.2.2** Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão dos serviços a que se referirem, ou após o decurso mínimo de 1 (um) ano de seu início, se decorrentes de contratos firmados para execução em prazo igual ou superior a este.

**13.7.6.2.3** O licitante disponibilizará, caso lhe seja solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, ofertando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que os serviços foram prestados.

**13.8** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, **necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, sendo-lhe estabelecido prazo razoável para o envio, que não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de inabilitação.

**13.8.1** Não se trata de uma segunda oportunidade para envio de documentos de habilitação. A diligência em questão permite, apenas, a solicitação de documentos outros para confirmação daqueles já apresentados.

**13.9** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**13.10** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

**13.11** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**13.12** Em se tratando de empresas estrangeiras, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes aos exigidos neste capítulo, inicialmente apresentados com tradução livre.

**13.12.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato, os documentos de que trata o *caput* serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**13.13** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**13.14** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

#### **14. DOS RECURSOS**

**14.1** Declarado o vencedor, **e depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso**, será concedido prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, com indicação das decisões contra as quais pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**14.1.1** Registrada intenção de recurso, caberá ao Pregoeiro decidir sobre sua admissibilidade, fundamentadamente, mediante avaliação quanto à presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 2627/2013-Plenário, item 9.4).

**14.1.2** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**14.2** Admitido o recurso, o recorrente terá prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo para apresentação das razões do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.3** Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir o recurso impetrado contra sua decisão e, caso não a reconsidere, fazê-lo subir, devidamente informado ao Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, a quem caberá a decisão final.

**14.4** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.5** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

#### **15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**15.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

**15.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos da sessão pública, ou anteriores a esta, ou mesmo à anulação da própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam.

**15.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**15.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**15.2.1** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“*chat*”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**15.2.2** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**16.1** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**16.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **17. DA GARANTIA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**17.1** O adjudicatário, consoante as disposições estabelecidas no Termo de Contrato anexo a este edital, prestará garantia à execução contratual no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

## **18. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

**18.1** Consoante as disposições constantes do Termo de Contrato, cuja minuta constitui anexo deste edital, as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, independentemente da unidade de medida contratada (posto, homem-hora, produtividade, entrega de produto, ordem de serviço, etc.), a serem pagas pelo TRE-GO à empresa contratada para prestar os serviços objeto deste edital, serão destacadas do valor mensal contratado e depositadas, em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em banco oficial unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Contratante.

**18.2** Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

**18.3** Os percentuais de provisionamento máximo e mínimo serão aqueles indicados no Anexo VIII.

**18.4** O TRE-GO reserva-se o direito de realizar diretamente aos empregados da Contratada, os pagamentos de salários, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela Contratada.

**18.4.1** Quando não for possível ao TRE-GO realizar diretamente os pagamentos, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais.

## **19. DA REPACTUAÇÃO**

**19.1** As regras acerca da repactuação são as estabelecidas no Termo de Contrato, cuja minuta constitui anexo deste edital.

## **20. DO TERMO DE CONTRATO**

**20.1** Após a homologação da licitação, será lavrado Termo de Contrato, cuja minuta constitui anexo deste instrumento, no qual constarão os direitos e obrigações das partes, bem como, todas as informações necessárias ao cumprimento da obrigação assumida pelo licitante adjudicatário.

**20.2** Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição do licitante adjudicatário de contratar com o Poder Público, bem como para verificar a manutenção de sua regularidade fiscal e trabalhista.

**20.3** A adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**20.3.1** O prazo para assinatura do Termo de Contrato, poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

**20.3.2** A assinatura do Termo de Contrato se dará de forma digital por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

**20.3.2.1** Caso seja inviável a assinatura por meio digital, a Administração poderá encaminhar o instrumento para assinatura da Adjudicatária mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento

**20.4** Caso o licitante vencedor, ao qual o objeto desta Licitação tenha sido adjudicado, recuse-se a assinar o contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e em lei, serão convocadas as empresas remanescentes, na ordem de classificação no certame competitivo.

## **21. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**21.1** O prazo de vigência do contrato está estabelecido em sua minuta, anexa a este Edital.

## **22. DOS ENCARGOS**

**22.1** Caberá ao TRE/GO, além das obrigações constantes do Termo de Referência anexo a este Edital:

**22.1.1** Prestar as informações, atinentes ao objeto desta licitação, que venham a ser solicitadas pelo licitante vencedora;

**22.1.2** Comunicar ao licitante vencedor quaisquer alterações relativas ao objeto deste Pregão;

**22.2** Caberá aos licitantes, além das obrigações constantes do Termo de Referência anexo a este Edital:

**22.2.1** Elaborar documentação condizente com as exigências deste Pregão para que não haja conflito de disposições, o que ocorrendo, prevalecerá o disposto neste instrumento licitatório;

**22.2.2** Cumprir os prazos e demais condições previstas neste Edital;

**22.2.3** Arcar com as despesas decorrentes da não observância das condições constantes deste instrumento licitatório, bem como de infrações praticadas por seus funcionários, ainda que no recinto

do TRE/GO;

**22.2.4** Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais decorrentes da adjudicação deste Pregão;

**22.2.5** Manter, durante a execução do objeto deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

**22.3** Deverá o licitante vencedor observar também o seguinte:

**22.3.1** É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TRE/GO durante a execução dos serviços, objeto da licitação;

**22.3.2** É vedada a contratação para a função de chefia, de empregados que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156, de 8 de agosto de 2012, nos termos do seu art. 4º;

**22.3.3** É proibida a veiculação de publicidade acerca deste Pregão Eletrônico, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE/GO.

**22.3.4** Não poderão ser cedidos os créditos, nem sub-rogados direitos e obrigações decorrentes desta licitação e contratação a terceiros.

**22.4** As obrigações do Contratante e da Contratada estão estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Termo de Contratos, ambos anexos deste Edital.

## **23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**23.1** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e/ou na Minuta de Termo de Contrato, ambos anexos deste edital.

## **24. DO PAGAMENTO E DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

**24.1** O pagamento, assim como a compensação financeira decorrente de eventuais atrasos de pagamento, ocorrerá conforme prazos, condições e demais disposições constantes da Minuta de Termo de Contrato, anexa a este edital.

## **25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**25.1** O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor global estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

**25.1.1** Apresentar documentação falsa;

**25.1.2** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**25.1.3** Ensejar o retardamento do certame;

**25.1.4** Não manter a proposta;

**25.1.5** Não assinar o Termo de Contrato;

**25.1.6** Falhar ou fraudar a licitação;

**25.1.7** Cometer fraude fiscal;

**25.1.8** Comportar-se de modo inidôneo.

**25.1.8.1** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP, e o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**25.2** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

**25.3** A autoridade competente, na aplicação das sanções, observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o dano causado à Administração, a não reincidência da infração, a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva, bem como a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

**25.4** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**25.5** Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**25.6** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta de contrato, anexa a este edital.

## **26. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS**

**26.1** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl-lista@tre-go.jus.br](mailto:cpl-lista@tre-go.jus.br), até às 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

**26.1.1** A impugnação não terá efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados do seu recebimento.

**26.1.2** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**26.1.3** Acolhida a impugnação, será definida nova data para a realização do certame.

**26.2** Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl-lista@tre-go.jus.br](mailto:cpl-lista@tre-go.jus.br).

**26.2.1** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**26.3** Os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão divulgados pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## **27. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**27.1** O licitante vencedor deverá cumprir, no que couber, as determinações contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.1, de 19 de janeiro de 2010.

## **28. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**28.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**29.1** Havendo necessidade o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**29.2** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**29.3** Este Tribunal reserva-se no direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa faltante às penalidades legais cabíveis.

**29.4** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

**29.5** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**29.6** Será lavrada ata dos trabalhos desenvolvidos a qual ficará disponível no Portal de Compras do Governo Federal, podendo ser visualizada por meio do link <http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata0.asp>.

**29.7** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**29.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**29.9** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**29.10** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

**29.11** Até a emissão da nota de empenho, o licitante vencedor poderá ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o TRE/GO tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica, administrativa, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

**29.12** Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

**29.13** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**29.14** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**29.15** A obtenção do Edital poderá ser feita, por meio da internet, nos sítios: <https://www.tre-go.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/pregoes-eletronicos/pregoes-eletronicos-page> e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), sendo possível a realização de *download* de todos os arquivos pertinentes.

**29.16** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**29.17** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**29.18** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou de normas infralegais, prevalecerá as deste Edital.

**29.19** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**29.19.1** Anexo I – Termo de Referência;

**29.19.2** Anexo II – Orçamento Estimativo - Planilha de Custos e Formação de Preços;

**29.19.3** Anexo III – Memória de Cálculo do Orçamento Estimativo;

**29.19.4** Anexo IV – Relação dos Percentuais de Provisionamento;

**29.19.5** Anexo V – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública (anexo contém Anexos V-A, V-B e V-C);

**29.19.6** Anexo VI – Modelo de Carta de Fiança Bancária para Garantia à Execução Contratual;

**29.19.7** Anexo VII – Autorização para Desconto do Documento Fiscal e Pagamento de Salários;

**29.19.8** Anexo VIII – Autorização para Retenção de Garantia;

**29.19.9** Anexo IX – Autorização de Movimentação – Conta Vinculada

**29.19.10** Anexo X – Minuta De Termo de Contrato.

## **30. DO FORO**

**30.1** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Goiânia/GO, Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo as exceções previstas no art. 109, inc. I, da Constituição Federal.

BENEDITO DA COSTA VELOSO FILHO

Presidente da CPL

TRE/GO

**ANEXO I DO EDITAL**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**1.1** Contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviço de motorista (CATSER 15008) de forma contínua, visando à condução de veículos para o transporte de pessoas, cargas, materiais e documentos, em veículos próprios, alugados ou cedidos ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás – TRE-GO, quando em exclusivo deslocamento oficial. Código de execução orçamentária 33.90.37.01.0014 .

**1.2** O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum eis que o serviço a ser desempenhado exige critérios objetivos constantes no item 4.2.1 alíneas “a” , ”b” e “c”.

**2 – JUSTIFICATIVA**

A contratação dos serviços aqui descritos justifica-se pela inexistência, no quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás e das Zonas Eleitorais de servidores, com atribuições relacionadas a direção veicular, aliado ao fato de que houve o pedido de rescisão pela contratada do Contrato TRE-GO 20/2018.

**3 – CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

**3.1 QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA (ATESTADOS, LAUDOS E ETC):**

**3.1.1** A forma de adjudicação do objeto será por valor global, eis que promove potencialmente o ganho derivado da escala, bem como os 4 (quatro) postos de trabalho distribuídos pelas Diretorias do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO encontrarem-se na região metropolitana de Goiânia-GO.

**3.1.2** A qualificação técnica das licitantes será comprovada mediante:

**3.1.2.1** Apresentação de, pelo menos, um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a aptidão da empresa para desempenhar atividade compatível com o objeto a ser contratado.

### **3.2 GARANTIA CONTRATUAL:**

**3.2.1** A Contratada deverá apresentar garantia à execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/1993;

**3.2.2** A garantia estabelecida no item 3.2.1 deverá assegurar, qualquer que seja a modalidade apresentada, o pagamento de:

**3.2.2.1** Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto contratual e/ou do não adimplemento das obrigações nele previstas;

**3.2.2.2** Ressarcimento à Administração, no caso de rescisão contratual ocorrida por culpa da Contratada;

**3.2.2.3** Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

**3.2.2.4** Multas moratórias e/ou punitivas aplicadas à Contratada, ainda que não aplicadas cumulativamente com a rescisão contratual;

**3.2.2.5** Obrigações trabalhistas, fiscais, sociais, e previdenciárias de qualquer natureza não honradas pela Contratada;

**3.2.2.6** Verbas rescisórias que não tenham sido quitadas pela Contratada em até 30 (trinta) dias após o término da vigência ou da rescisão contratual.

## **4 – CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **4.1 LOCAIS DE PRESTAÇÃO:**

**4.1.1** Os serviços objeto deste Termo de Referência serão, em sua maioria, prestados na região jurisdicionada pela Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO.

**4.1.1.1** Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia sediada à Rua 10 qd W Ltes 06/09, Setor Araguaia - Aparecida de Goiânia-GO.

**4.1.1.2** Diretoria do Foro Eleitoral de Goiânia sediada à Esquina da Avenida T-1 com Avenida T-52 – Setor Bueno – Goiânia-GO.

### **4.2 PERFIL DAS(OS) PROFISSIONAIS:**

**4.2.1** As (os) profissionais designados pela Contratada para a execução dos serviços de direção veicular deverão possuir, necessariamente:

- a) Certificado de conclusão do ensino médio;
- b) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, na categoria “D” dentro do prazo de validade;
- c) Experiência mínima de 6 (seis) meses na função de motorista executivo, comprovada por meio de registro na Carteira de Trabalho;
- d) Habilidade em relacionamento interpessoal, destacadamente, polidez.

### **4.3 APRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS:**

**4.3.1** A Contratada deverá fornecer uniformes a cada um(a) das(os) condutoras(es) disponibilizados para a execução dos serviços, nos moldes e quantitativos descritos nos itens 4.3.2. ;



**4.3.2** Configuração mínima a ser fornecida para cada um(a) dos(as) funcionários(as):

Masculino:

1. 5 (cinco) calças, cor preta, modelo social, sem pregas, bolso da frente tipo faca e traseiro com botão, confeccionada em microfibra maquineta;
2. 5 (cinco) camisas, manga longa, cor branca, confeccionada em tricoline (60% Poliéster, 40% algodão);
3. 5 (cinco) gravatas, lisas, confeccionada em jacquard;
4. 3 (três) pares, sapato social, cor preta, com cadarço, solado em borracha, costurado e colado;
5. 5 (cinco) pares, meias, cor preta;
6. 1 (um) cinto social, cor preta.

Feminino:

1. 5 (cinco) calças, cor preta, modelo social, sem pregas, bolso da frente tipo faca e traseiro com botão, confeccionada em microfibra maquineta;
2. 5 (cinco) camisas, manga longa, cor branca, confeccionada em tricoline (60% Poliéster, 40% algodão);
3. 5 (cinco) gravatas femininas;
4. 3 (três) pares, sapato social feminino, cor preta, solado em borracha, costurado e colado;
5. 5 (cinco) pares, meias, cor preta;
6. 1 (um) cinto social, cor preta.

**4.3.3** Os uniformes deverão ser fornecidos pela Contratada no início da prestação dos serviços e, na ocorrência de prorrogação contratual, substituídos anualmente;

**4.3.4** O fornecimento dos uniformes não poderá ser fracionado pela Contratada;

**4.3.5** É vedado à Contratada repassar o custo dos uniformes as(aos) profissionais que executam a prestação dos serviços.

**4.4 HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**4.4.1 Jornada de trabalho:**

**4.4.1.1** Os serviços diários de motorista serão executados pela Contratada, ordinariamente, de segunda a sexta-feira;

**4.4.1.1.1** Os serviços diários de motorista serão executados pela Contratada no horário de funcionamento das Diretorias do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO que ordinariamente é de 7h00min às 19h00min;

**4.4.1.1.2** O horário definido no item 4.4.1.1 poderá ser alterado de acordo com a conveniência do Diretor do Foro;

**4.4.2** Em casos excepcionais, a exemplo dos períodos pré e pós-eleitoral, eventos de grande porte ou outros motivos relevantes, a Contratante poderá requisitar a

prestação de serviços extraordinários à Contratada;

**4.4.2.1** Entende-se como pré e pós-eleitoral o período compreendido entre os meses de abril e maio em anos eleitorais – período que antecede o fechamento do cadastro eleitoral nacional, e os meses de agosto a novembro também em anos eleitorais, que requer o funcionamento da Justiça Eleitoral em regime de plantão, objetivando a preparação das eleições, incluindo sábados, domingos e feriados;

**4.4.3** As(os) profissionais designados pela Contratada para a prestação dos serviços de direção veicular obedecerão à carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, dividida em horários diários, conforme planejamento das Diretorias dos Fóruns Eleitorais de Aparecida de Goiânia e Goiânia;

**4.4.4** Aos domingos e feriados ou mesmo em dias úteis, as Diretorias dos Fóruns Eleitorais de Aparecida de Goiânia e Goiânia poderão solicitar a prestação de serviços extraordinários, cuja necessidade será oficiada à Contratada, com antecedência de, no mínimo, 12 horas, observando-se as condições estabelecidas no item 4.4.2.3;

**4.4.4.1** Para efeito de cálculo de serviços extraordinários, somente serão considerados feriados as datas assim estabelecidas para os demais trabalhadores da mesma categoria profissional submetidos ao regime normativo da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

**4.4.4.2** A Contratada deverá pagar, diretamente as(aos) suas(seus) empregadas(os), as verbas correspondentes aos serviços extraordinários e anotará os respectivos valores na Nota Fiscal/Fatura mensal, de forma destacada, para que o TRE-GO promova o pagamento, que obedecerá aos seguintes parâmetros:

Dias da Semana:	Percentual a ser pago por serviços extraordinários:
Dias úteis e sábados	50% calculado sobre a hora normal do serviço
Domingos e feriados	100% calculado sobre a hora normal do serviço
A hora normal equivale a 1/220 (um, duzentos e vinte avos) do valor mensal.	

**4.4.4.3** Somente serão considerados serviços extraordinários, as horas que ultrapassem a carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;

**4.4.4.4** Considerando a totalidade dos postos descritos no item 4.5, o quantitativo anual estimado de serviço extraordinário é de:

1. 300 (trezentas) horas aos domingos e feriados;
2. 300 (trezentas) horas de segunda a sábado.

**4.4.4.5** Eventualmente, caso necessária a prestação de serviços no período a que a legislação atribua o pagamento de adicional noturno, será efetuado o pagamento à Contratada, nos limites previstos na legislação trabalhista vigente. A Contratada deverá anotar tal adicional, de forma destacada, na Nota Fiscal/Fatura mensal apresentada ao TRE-GO.

**4.4.5** O período de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93;

**4.4.6** O serviço é contínuo eis que a interrupção tem a propriedade de comprometer as atividades de transporte de pessoas e cargas da Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO, cuja continuidade deve estender-se por mais de um exercício financeiro por meio de renovações contratuais conforme item anterior;

#### **4.5 QUANTITATIVO DE POSTOS DE SERVIÇO:**

**4.5.1** Para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência serão necessários 4 (quatro) postos de trabalho, distribuídos conforme abaixo:

a) **1** (um) posto para a condução do veículo à disposição da Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia;

b) **3** (três) postos para a condução do veículo à disposição da Diretoria do Foro Eleitoral de Goiânia;

**4.5.1.1** Para o posto de serviço constante no item 4.5.1, alínea “a”, atualmente utiliza-se 1(um) veículo marca GM SPIN-1.8, podendo ser substituído por outro veículo a critério da contratante.

**4.5.1.2** Para os postos de serviço constantes no item 4.5.1, alínea “b”, atualmente utilizam-se 2(dois) veículos GM SPIN- 1.8 e 1 (um) VW- GOL 1.0, podendo ser substituídos por outros veículos a critério da contratante.

**4.5.2** Justifica-se o quantitativo de 1(um) posto descritos no item 4.5.1 alínea “a” em virtude de os serviços a serem executados desenvolverem-se no âmbito das 3(três) zonas eleitorais de Aparecida de Goiânia e da Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia;

**4.5.3** Justifica-se o quantitativo de 3(três) postos descritos no item 4.5.1 alínea “b” em virtude de os serviços a serem executados desenvolverem-se no âmbito das 9(nove) zonas eleitorais de Goiânia e da Diretoria do Foro Eleitoral de Goiânia;

#### **4.6 PISO SALARIAL E BENEFÍCIOS:**

**4.6.1** O salário básico e os benefícios a serem pagos pela Contratada as(aos) suas(seus) empregadas(os) designadas(os) para os postos de serviços previstos neste Termo de Referência deverão ser os previstos na Convenção Coletiva de Trabalho específica dos motoristas executivos que trabalham em empresas que prestam serviços em Instituições Públicas, Autarquias, Tribunais e Instituições Financeiras Públicas ou Privadas, com abrangência no Estado de Goiás;

### **5 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**5.1.** As(os) empregadas(os) da Contratada deverão realizar atividades relacionadas com a condução de veículos próprios, alugados ou cedidos ao TRE-GO, destinados ao transporte de pessoas, materiais, cargas, documentos e notadamente:

a) deslocamento de autoridades, servidores, colaboradores, estagiários ou quaisquer pessoas que estejam a serviço da Justiça Eleitoral de Goiás;

b) entrega e retirada de materiais diversos, cargas, documentos e pequenas encomendas;

c) condução de veículos para postos de abastecimento, oficinas mecânicas e seguradoras.

**5.1.1.** Além das atividades descritas no item 5.1, as(os) motoristas designados para condução de veículos deverão:

a) conhecer bem a malha viária local, estabelecendo rotas alternativas e de maior eficiência no deslocamento, caso haja necessidade;

b) realizar a condução dos veículos com a perícia exigida para tal função e atender aos comandos relacionados às operações de segurança, evitando, assim, danos pessoais e patrimoniais aos envolvidos;

c) portar-se com absoluta discrição em relação a quaisquer assuntos envolvendo os assuntos afetados ao serviço, não comentando com terceiros a respeito de assuntos a que vier a ter conhecimento em razão do serviço;

d) guardar o sigilo e a confidencialidade das informações que obtiverem em razão dos serviços.

## **6 - OBRIGAÇÕES**

### **6.1 CONTRATADA:**

**6.1.1** Apresentar declarações de distribuição dos foros criminais da Justiça Estadual, Justiça Militar, Justiça Eleitoral e da Justiça Federal do(s) estado(s) onde as(os) empregadas(os) a serem contratados tenham residido nos últimos 5(cinco) anos;

**6.1.2** Apresentar pasta fichário ou arquivo digital, em até, no máximo, 10(dez) dias corridos após o início da prestação dos serviços, no qual estejam acondicionadas a identificação completa dos condutores que serão contratados para execução do objeto aqui exposto, contendo, no mínimo: foto, tipo sanguíneo/fator Rh, endereço e telefone residencial, além de cópia do RG, CPF e Carteira Nacional de Habilitação;

**6.1.3** Fornecer uniformes a cada um dos condutores que executarão os serviços aqui elencados, nos moldes dos itens 4.3.2 deste Termo de Referência;

**6.1.4** Responsabilizar-se integral e diretamente pelas infrações de trânsito cometidas por suas(seus) empregadas(os) quando na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, promovendo os pagamentos das multas eventualmente aplicadas nos prazos estabelecidos pelos órgãos de trânsito;

**6.1.5** Responsabilizar-se direta e integralmente, em caso de acidente veicular, pela totalidade do valor correspondente aos danos materiais e/ou indenizatórios, inclusive quando causados a terceiros, quando lhes for atribuída culpa ou dolo pelo ocorrido. A culpa ou dolo serão comprovados nos termos do item 6.1.7;

**6.1.6** Responsabilizar-se, diretamente, pelo pagamento da franquia do seguro veicular, no caso de ocorrência de quaisquer sinistros causados por suas(seus) empregadas(os), durante a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quando lhes for atribuída culpa ou dolo pelo ocorrido. A culpa ou dolo serão comprovados nos termos do item 6.1.7;

**6.1.7** Providenciar para que suas(seus) empregadas(os), em caso de qualquer acidente, diligenciem às autoridades competentes para a realização da respectiva perícia técnica, sob pena de responsabilização da Contratada, independentemente de culpa ou dolo da(o) empregada(o);

**6.1.8** Controlar, nas dependências das Diretoria Do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO, a frequência das(os) empregadas(os) disponibilizados para a

execução das atividades aqui especificadas, estabelecendo, de comum acordo com as Diretoria Do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO, a melhor maneira ou o melhor instrumento para tanto;

**6.1.9** Orientar as(os) empregadas(os) da contratada, disponibilizados para os serviços objeto deste Termo de Referência, para:

- a) apresentar-se ao serviço com aparência asseada, cuidando da higiene pessoal e do vestuário;
- b) manter reserva no que toca à conversação com as pessoas que transportarem, respondendo-lhes sempre de forma polida, gentil, objetiva e clara;
- c) contactar a Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO para inteirar-se sobre os procedimentos a serem tomados no caso de acidentes com ou sem vítimas;
- d) Não fumar enquanto estiverem na execução dos serviços, bem assim nas dependências em que o uso do tabaco ou cigarro eletrônico não forem permitidos;
- e) Não ingerir bebidas alcoólicas enquanto executarem suas atividades, tampouco portá-las no interior dos veículos;
- f) Não utilizar aparelhos sonoros no interior dos veículos, tampouco acionar o aparelho de som deles, exceto se solicitado pelo transportado;
- g) Não conduzir pessoas estranhas aos serviços oficiais;
- h) Obedecer fielmente a todas as normas de trânsito;
- i) Zelar pelos veículos que conduzir, em especial, pela limpeza dos mesmos.

**6.1.10** Substituir imediatamente a(o) empregada(o) que faltar ao serviço, sob pena de ter descontado do pagamento mensal da fatura o valor correspondente a cada uma das ausências, que será calculada pela seguinte equação:

$$A = Vm / 22$$

onde:

A = valor da ausência da(o) condutor(a)

Vm = valor mensal por posto.

**6.1.11** Atender de imediato às orientações da Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO quanto à execução dos serviços;

**6.1.12** Substituir quaisquer empregadas(os) que tratem de forma despolida, descortês ou rude as pessoas a serviço da Justiça Eleitoral de Goiás;

**6.1.13** Responder, integral e diretamente, por prejuízos que suas(seus) empregadas(os) causarem aos serviços, aos veículos, às instalações físicas e/ou equipamentos quando da execução das atividades;

**6.1.14** Cumprir todos os dispositivos legais atinentes à execução dos serviços;

**6.1.15** Apresentar, anexos à Nota Fiscal/Fatura mensal, os comprovantes de quitação das verbas salariais, trabalhistas, dos encargos sociais e previdenciários dos empregados que executarem os serviços objeto deste Termo de Referência, correspondentes ao mês de competência imediatamente anterior ao da emissão da Nota Fiscal/Fatura, bem como a documentação exigida pelo Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017;

**6.1.16** Responsabilizar-se diretamente por todas as despesas salariais, trabalhistas, bem como pelos encargos sociais e previdenciários dos seus empregados disponibilizados para a execução das atividades às quais pertine este Termo de

Referência, assim como cumprir todas as determinações provenientes de Convenção Coletiva de Trabalho ou de outro instrumento a que a legislação atribua o mesmo valor;

**6.1.17** Indicar e manter atualizados os números de telefone fixo, móvel e endereço de e-mail da Contratada, para que a Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO proceda a quaisquer comunicações oficiais;

**6.1.18** Manter preposta(o) no município de Goiânia ou em sua Região Metropolitana, informando número de telefone móvel disponível para contato em qualquer horário em que se dê a prestação dos serviços, com vistas a possibilitar a solução de eventuais problemas que surjam no decorrer das atividades;

**6.1.19** Manter, durante todo o período contratual, as condições exigidas por ocasião da contratação.

## **6.2 CONTRATANTE:**

**6.2.1** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços;

**6.2.2** Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Contratada;

**6.2.3** Permitir livre acesso as(os) empregadas(os) da Contratada em suas dependências para a prestação dos serviços objeto desta contratação;

**6.2.4** Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por meio da Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO, ou, em seus impedimentos legais, por seus substitutos eventuais;

**6.2.5** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do instrumento contratual.

## **7 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**7.1** Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor GLOBAL da contratação, o CONTRATADO que:

**7.1.1** Apresentar documentação falsa;

**7.1.2** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**7.1.3** Falhar na execução do contrato;

**7.1.4** Fraudar na execução do contrato;

**7.1.5** Comportar-se de modo inidôneo;

**7.1.6** Cometer fraude fiscal;

**7.1.7** Fizer declaração falsa.

**7.2** Pelo atraso injustificado na execução e/ou inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação vigente, em especial, nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93;

**7.3** O retardamento da execução do objeto estará configurado quando a Contratada:

**7.3.1** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 3 (três) dias da data inicial prevista na Ordem de Serviço;

**7.3.2** Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 1 (um) dia;

**7.4** O comportamento de modo inidôneo estará configurado quando o Contratado executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993;

**7.5** A sanção de multa poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 7.1;

**7.5.1** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago ou depositado, poderá ser descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus;

**7.5.2** Se o valor a ser pago a Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

**7.6** No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada sempre a defesa prévia à interessada, observados os devidos prazos legais.

## **8 - FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

**8.1** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

**8.2** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto;

**8.3** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**8.4** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

**8.5** Durante a execução do objeto, a(o) fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

**8.6** A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela(o) fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

**8.7** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

**8.8** A(o) fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

**8.9** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

**8.10** A conformidade do material para ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

**8.11** A(o) representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

**8.12** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

**8.13** Para os serviços de motorista descritos na cláusula primeira, em que haverá o emprego de trabalhadores(as) em regime de dedicação exclusiva:

a) Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada;

b) Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

c) Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados da contratada;



d) O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

**8.14** A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **9- ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR**

**9.1** O presente Acordo de Nível de Serviço tem por objetivo garantir o atingimento dos níveis satisfatórios de desempenho e qualidade na prestação de serviços, com reflexo direto no pagamento mensal, caso não sejam atingidos os índices estabelecidos neste Termo;

**9.2** O Instrumento de Medição de Resultados tem por objetivo estabelecer critérios para a avaliação dos serviços contratados.

A medição de avaliação de qualidade com utilização do IMR terá abrangência de até 10%(dez por cento) do valor mensal contratado. Desta forma, 90% (noventa por cento) do valor total mensal contratado, será pago referente à efetividade do prestador, conforme registro de presença e falta no sistema de efetividade e 10% (dez por cento) será pago conforme a qualidade do serviço, sendo que as falhas de qualidade que vão gerar desconto serão registradas em tabelas constantes do anexo único.

As falhas na qualidade da prestação dos serviços serão registradas pelo fiscal na planilha de fiscalização mensal, conforme o tipo (descrito no anexo único deste Termo de Referência) e o número de ocorrências.

As atividades operacionais a serem avaliadas no âmbito deste Instrumento de Medição de Resultados foram divididas em 8 (oito), conforme tabela a seguir:

<b>AVALIAÇÃO MENSAL</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>OCORRÊNCIAS NO MÊS (REGISTRAR DATA DO FATO E BREVE RELATO DO OCORRIDO)</b>
1	Ausentar-se do local de trabalho sem autorização do Diretor do Foro;	
2	Não tratar as pessoas, em seu ambiente de trabalho, com urbanidade e cordialidade;	

3	Transporte de pessoas estranhas ao serviço da Justiça Eleitoral;	
4	Apresentar-se para o trabalho com o uniforme em desconformidade com os padrões habituais;	
5	Deixar de atender, tempestivamente, as ordens e orientações emanadas pelo Diretor do Foro;	
6	Não ter o devido zelo, deixando de comunicar irregularidades, eventualmente, apresentadas pelo veículo;	
7	Deixar de ter zelo com o transporte de pessoas ou materiais;	
8	Conduzir o veículo com imprudência;	

O Anexo deste Termo de Referência lista as atividades, seus respectivos procedimentos operacionais de avaliação e a descrição dos resultados esperados para cada atividade.

A avaliação das atividades será realizada no decorrer da prestação dos serviços, sem aviso prévio à CONTRATADA, por acompanhamento e conferência dos serviços executados, mediante o uso de formulários, ou sistema informatizado que venha a substituí-los, ou ainda de outro modo, no qual o servidor encarregado registrará, para cada trabalho avaliado, a conformidade ou não dos itens de avaliação presentes com os resultados esperados pela CONTRATANTE.

O período avaliativo mensal será composto por todas as atividades desempenhadas pelos(as) motoristas, que serão constantemente monitorados(as) pelo fiscal do contrato.

O cálculo seguirá conforme tabela, abaixo:

• VALOR DO CONTRATO MENSAL (A)	
PERÍODO DE APURAÇÃO	
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (B)	

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO MÊS (B)	FAIXA IMR ATINGIMENTO DA META (C)	PERCENTUAL DA GLOSA % (D) (100 - C)	VALOR DA GLOSA (E)	VALOR A SER RECEBIDO PELA EMPRESA

			( D x A)	(A - E)
0 a 5	100%	0%	R\$	R\$
6 a 8	98%	02%	R\$	R\$
9 a 10	95%	05%	R\$	R\$
11 a14	90%	10%	R\$	R\$
15 ou mais , por local de prestação do serviço.	90% + Sanções contratuais	10% Sanções contratuais +	R\$	R\$
<b>VALOR RECEBIDO</b>			R\$	R\$

A – Valor mensal do contrato R\$:  
 B - Número de ocorrências:  
 C – Faixa do IMR:  
 D – Percentual de glosa:  
 E – Valor glosado R\$:  
 F - Valor da Nota Fiscal: R\$  
 G - Valor a ser recebido pela empresa (F-E).

10 – VISITA TÉCNICA (FACULTATIVO)

**10.1** A visita técnica é facultativa e deverá ser previamente agendada com a Diretoria do Foro de Aparecida de Goiânia pelo telefone 62 3283-2211/3004 e Diretoria do Foro de Goiânia pelo telefone 62 3920-4336/4332 com os respectivos Diretores e poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data de abertura da sessão;

**10.2** No ato da vistoria, os locais envolvidos pelos trabalhos deverão, a critério da parte interessada, ser inspecionados; estes examinarão, entre outros aspectos, o grau de dificuldade para a sua consecução;

11 – ESTIMATIVA DE PREÇOS

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA

<b>11 – DADOS DA SOLICITAÇÃO</b>	
<b>UNIDADE SOLICITANTE:</b>  Seção de Segurança e Transporte - SESET	<b>DATA:</b>  18/05/2022
<b>ELABORADOR:</b>  Ernesto Carvalho Lima	_____ <b>ASSINATURA</b>
<b>RESPONSÁVEL PELA UNIDADE:</b>  Rogério Freitas Reis	

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, para fins de participação na presente licitação com vistas à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de condução de veículos para o transporte de pessoas, cargas, materiais e documentos, em veículos próprios, alugados ou cedidos ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás – TRE-GO, quando em exclusivo deslocamento oficial:

- está ciente de que é **facultativa, mas recomendável** uma visita técnica ao local do serviço para o correto dimensionamento dos custos, visando a subsidiar a elaboração de proposta para execução do serviço, sendo que a não realização desta visita não exime a empresa de assumir a responsabilidade pela correta elaboração da proposta, levando em consideração as condições e grau de dificuldade existente nos locais de prestação do serviço nos seguintes endereços:

(I) Rua 10 qd W Ltes 06/09, Setor Araguaia - Aparecida de Goiânia-GO (Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia);

(II) Esquina da Avenida T-1 com Avenida T-52 – Setor Bueno – Goiânia-GO (Diretoria do Foro Eleitoral de Goiânia); e

- os documentos que compõem o edital foram colocados à sua disposição e tomou conhecimento de todas as informações e especificações, condições do imóvel e terreno, inclusive topográficas e grau de dificuldade do serviço a ser executado.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura e nome do representante legal da empresa.

**ANEXO II DO EDITAL**  
**ORÇAMENTO ESTIMATIVO – PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS CONTA VINCULADA				
<b>CONDUÇÃO VEICULAR – motorista executivo – Goiânia</b> <b>Regime de Tributação - Lucro Real</b> <b>Jornada – 44 horas semanais</b> <b>POSTO DE TRABALHO</b>				
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)			
B	Município/UF			
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo			
D	Número de meses de execução contratual			12
<b>MÓDULOS - Mão de obra vinculada à execução contratual</b>				
1	Salário Normativo da Categoria Profissional			R\$ 1.980,00
2	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)			motorista executivo
<b>Módulo 1: Composição da Remuneração</b>				
Composição da Remuneração				<div>Percentual</div> <div>(R\$)</div> <div>Valor</div> <div>(R\$)</div>
A	Salário Base – 44 horas semanais			1.980,00
				Total 1.980,00
<b>Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>				
<b>Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>				
A	13º (décimo terceiro) Salário			8,33% 165,00
B	Férias e Adicional de Férias			11,11% 220,00
				Total 385,00
<b>Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições</b>				
A	INSS			20,00% 473,00
B	Salário Educação			2,50% 59,13
C	RAT x FAP	RAT = 2%	FAP = 2,000	4,00% 94,60
D	SESC ou SESI			1,50% 35,48
E	SENAC ou SENAI			1,00% 23,65
F	SEBRAE			0,60% 14,19
G	INCRA			0,20% 4,73
H	FGTS			8,00% 189,20
				Total 37,80% 893,98
<b>Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários</b>				
A	Transporte			70,40
	A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços:			R\$ 4,30 -
	A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado:			2,00
	A.3) Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens			22

	A.4) Participação do empregado em percentual do salário-base		6,00%			
B	Auxílio-Refeição/Alimentação					418,00
	B.1) Valor do auxílio-alimentação		R\$ 20,00		-	
	B.2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação		22			
	B.3) Participação do empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação		5,00%			
C	Prêmio por tempo de serviço*		1,50%		29,70	
D	Outros (especificar)					-
			Total		518,10	
Quadro Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários						
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias					385,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições					893,98
2.3	Benefícios Mensais e Diários					518,10
			Total		1.797,08	
Módulo 3 - Provisão para Rescisão						
Provisão para Rescisão					Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado		0,42%		9,85	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,03%		0,71	
C	Aviso Prévio Trabalhado		1,94%		38,41	
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,73%		14,45	
E	Multa do FGTS		3,20%		63,36	
			Total		126,78	
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente						
Base de Cálculo do Custo do Profissional ausente – BCCPA						
MÓD 1 =	1.980,00	MÓD 2 (sem VA, VT e PTS) =	1.278,98	MÓD 3 =	126,78	3.385,76
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais (com exceção de férias, prevista no submódulo 2.1)						
A	Substituto na cobertura de Ausências Legais Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x1dia]/12					9,40
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade Cálculo do valor = (BCCPA/30)x5dias]/12}x1,5%					0,71
C	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho Cálculo do valor = {[BCCPA/30)x15dias]/12}x0,78%					1,10
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade Cálculo do valor = {[MÓD1 + MÓD1 / 3) / 12 + (SUB2.2 + SUB2.3 – VA – VT + MÓD3)] x (4/12)} x 2%					11,40
E	Substituto na cobertura de Ausência por doença					28,21

Cálculo do valor = [(BCCPA)/30)x3dias]/12		Total	50,82
Módulo 5 – Insumos Diversos			
A	Uniformes		126,69
		Total	126,69
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos)		-	4.081,37
A	Custos Indiretos	3,00%	122,44
BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos)		-	4.203,81
B	Lucro	6,79%	285,44
BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos + Lucro)		-	4.489,25
C	Tributos	14,25%	746,02
	C.1 Tributos Federais (especificar)	-	-
	Cofins	7,60%	397,88
	PIS	1,65%	86,38
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)	-	-
	C.3 Tributos Municipais (especificar):	-	-
	ISS	5,00%	261,76
		Total	1.153,90
Cálculo dos Tributos		Base de Cálculo para os Tributos dividido por (1 - (Total de Tributos em % dividido por 100) ) x Alíquota do Tributo	
2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		1.980,00
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.797,08
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão		126,78
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		50,82
E	Módulo 5 - Insumo Diversos		126,69
Subtotal (A + B + C + D + E)			4.081,37
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos		1.153,90
Valor Total por Empregado			5.235,27
*Quando da execução contratual o valor do prêmio por tempo de trabalho será glosado caso os profissionais da empresa contratada não se enquadrem nas condições para a percepção do benefício, conforme CCT de referência para o cálculo dessa planilha.			

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS					
CONTA VINCULADA					
CONDUÇÃO VEICULAR – motorista executivo - Goiânia					
Serviços Extraordinários – Custos Fixos					
Dias úteis e sábados					
Remuneração					1.980,00
1	Composição da Remuneração				Valor (R\$)
A	Hora normal				9,00
B	Adicional				4,50
Total					13,50
13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias					
A	13º (décimo terceiro) Salário			8,33%	1,13
B	Férias e Adicional de Férias			11,11%	1,50
Total					2,63
Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições					
A	INSS			20,00%	3,23
B	Salário Educação			2,50%	0,40
C	RAT x FAP	RAT = 2%	FAP = 2,000	4,00%	0,65
D	SESC ou Sesi			1,50%	0,24
E	SENAC ou SENAI			1,00%	0,16
F	SEBRAE			0,60%	0,10
G	INCRA			0,20%	0,03
H	FGTS			8,00%	1,29
Total				37,80%	6,10
Multa do FGTS				3,20%	0,43
Total					0,43
Custos Indiretos, Lucro e Tributos					
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Somatório dos totais dos dos itens 1, 2, 3 e 4)				-	22,66



A	Custos Indiretos	3,00%	0,68
BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Somatório dos totais dos dos itens 1, 2, 3 e 4 + Custos Indiretos)		-	23,34
B	Lucro	6,79%	1,58
BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Somatório dos totais dos dos itens 1, 2, 3 e 4 + Custos Indireto + Lucro)		-	24,92
C	Tributos	14,25%	4,14
	C.1 Tributos Federais (especificar)	-	-
	Cofins	7,60%	2,21
	PIS	1,65%	0,48
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)	-	-
	C.3 Tributos Municipais (especificar):	-	-
	ISS	5,00%	1,45
		Total	6,40
Percentual Total de Tributos		14,25%	
Cálculo dos Tributos	Base de Cálculo para os Tributos dividido por ( 1 - (Total de Tributos em % dividido por 100)) x Alíquota do Tributo		
VALOR DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS – hora de serviço prestado			
A	Valor base	R\$ 13,50	
B	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 2,63	
C	Encargos previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições	R\$ 6,10	
D	Multa do FGTS	R\$ 0,43	
E	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$ 6,40	
		TOTAL	R\$ 29,06

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS CONTA VINCULADA		
CONDUÇÃO VEICULAR – motorista executivo - Goiânia Serviços Extraordinários – Custos Fixos Domingos e feriados		
Remuneração		1.980,00
1	Composição da Remuneração	Valor

						(R\$)
A	Hora normal					9,00
B	Adicional					9,00
Total						18,00
13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias						
A	13º (décimo terceiro) Salário			8,33%		1,50
B	Férias e Adicional de Férias			11,11%		2,00
Total						3,50
Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições						
A	INSS			20,00%		4,30
B	Salário Educação			2,50%		0,54
C	RAT x FAP	RAT = 2%	FAP = 2,000	4,00%		0,86
D	SESC ou Sesi			1,50%		0,32
E	SENAC ou SENAI			1,00%		0,22
F	SEBRAE			0,60%		0,13
G	INCRA			0,20%		0,04
H	FGTS			8,00%		1,72
Total				37,80%		8,13
Multa do FGTS				3,20%		0,58
Total						0,58
Custos Indiretos, Lucro e Tributos						
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Somatório dos totais dos dos itens 1, 2, 3 e 4)				-		30,21
A	Custos Indiretos			3,00%		0,91
BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Somatório dos totais dos dos itens 1, 2, 3 e 4 + Custos Indiretos)				-		31,12
B	Lucro			6,79%		2,11
BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Somatório dos totais dos dos itens 1, 2, 3 e 4 + Custos Indireto + Lucro)				-		33,23
C	Tributos			14,25%		5,53
	C.1 Tributos Federais (especificar)			-		-
	Cofins			7,60%		2,95

	PIS	1,65%	0,64
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)	-	-
	C.3 Tributos Municipais (especificar):	-	-
	ISS	5,00%	1,94
		Total	8,55
		Percentual Total de Tributos	14,25%
Cálculo dos Tributos	Base de Cálculo para os Tributos dividido por (1 - (Total de Tributos em % dividido por 100) ) x Alíquota do Tributo		
	VALOR DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS – hora de serviço prestado		
A	Valor base		18,00
B	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		3,50
C	Encargos previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições		8,13
D	Multa do FGTS		0,58
E	Custos Indiretos, Lucro e Tributos		8,55
		Total	38,76

<p align="center"><b>PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS</b> <b>CONTA VINCULADA</b></p>			
<p align="center"><b>CONDUÇÃO VEICULAR – motorista executivo - Goiânia</b> <b>Serviços Extraordinários – Custos Eventuais</b></p>			
A	Vale transporte		R\$ 8,60
B	Auxílio Alimentação		R\$ 20,00
C	Participação do empregado sobre auxílio alimentação		-R\$ 1,00
	SUBTOTAL		R\$ 27,60
D	TRIBUTOS		
	D.1 Tributos Federais (especificar)	14,25%	R\$ 4,59
	Cofins	7,60%	R\$ 2,45
	PIS	1,65%	R\$ 0,53
	D.2 Tributos Estaduais (especificar)	-	-
	D.3 Tributos Municipais (especificar):	-	-
	ISS	5,00%	R\$ 1,61
Cálculo dos Tributos	Base de Cálculo para os Tributos dividido por (1 - (Total de Tributos em % dividido por 100) ) x Alíquota do Tributo		

VALOR TOTAL DOS CUSTOS EVENTUAIS		RS 32,19
* Os custos eventuais somente serão pagos se a empresa contratada incorrer em tais valores por disposição de Lei, Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo de Trabalho.		

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS						
CONTA VINCULADA						
CONDUÇÃO VEICULAR – motorista executivo – Aparecida de Goiânia						
Regime de Tributação - Lucro Real						
Jornada – 44 horas semanais						
POSTO DE TRABALHO						
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)					
B	Município/UF					
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo					
D	Número de meses de execução contratual				12	
MÓDULOS - Mão de obra vinculada à execução contratual						
1	Salário Normativo da Categoria Profissional				R\$ 1.980,00	
2	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)				motorista executivo	
Módulo 1: Composição da Remuneração						
Composição da Remuneração					Percentual (R\$)	Valor (R\$)
A	Salário Base – 44 horas semanais				1.980,00	
Total					1.980,00	
Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários						
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias						
A	13º (décimo terceiro) Salário				8,33%	165,00
B	Férias e Adicional de Férias				11,11%	220,00
Total					385,00	
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições						
A	INSS				20,00%	473,00
B	Salário Educação				2,50%	59,13
C	RAT x FAP	RAT = 2%		FAP = 2,000	4,00%	94,60
D	SESC ou SESI				1,50%	35,48
E	SENAC ou SENAI				1,00%	23,65
F	SEBRAE				0,60%	14,19
G	INCRA				0,20%	4,73
H	FGTS				8,00%	189,20
Total					37,80%	893,98
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários						
A	Transporte					70,40

	A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços:	RS 4,30	-
	A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado:	2,00	
	A.3) Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	22	
	A.4) Participação do empregado em percentual do salário-base	6,00%	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		418,00
	B.1) Valor do auxílio-alimentação	RS 20,00	-
	B.2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	22	
	B.3) Participação do empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação	5,00%	
C	Prêmio por tempo de serviço*	1,50%	29,70
D	Outros (especificar)		-
		Total	518,10
Quadro Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		385,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		893,98
2.3	Benefícios Mensais e Diários		518,10
		Total	1.797,08
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
Provisão para Rescisão			Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	9,85
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,71
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	38,41
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,73%	14,45
E	Multa do FGTS	3,20%	63,36
		Total	126,78
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Base de Cálculo do Custo do Profissional ausente – BCCPA			
MÓD 1 =	1.980,00	MÓD 2 (sem VA, VT e PTS) =	1.278,98
		MÓD 3 =	126,78
			3.385,76
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais (com exceção de férias, prevista no submódulo 2.1)			
A	Substituto na cobertura de Ausências Legais Cálculo do valor = {(BCCPA/30)x1dia}/12		9,40
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade Cálculo do valor = (BCCPA/30)x5dias/12}x1,5%		0,71
C	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho Cálculo do valor = {(BCCPA/30)x15dias/12}x0,78%		1,10
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade Cálculo do valor = {[MÓD1 + MÓD1 / 3] / 12 + (SUB2.2 + SUB2.3 – VA – VT + MÓD3)] x (4/12)} x 2%		11,40
E	Substituto na cobertura de Ausência por doença Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x3dias]/12		28,21
		Total	50,82
Módulo 5 – Insumos Diversos			

A	Uniformes		126,69	
			Total	126,69
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos)			-	4.081,37
A	Custos Indiretos		3,00%	122,44
BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos)			-	4.203,81
B	Lucro		6,79%	285,44
BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos + Lucro)			-	4.489,25
C	Tributos		12,25%	626,70
	C.1 Tributos Federais (especificar)		-	-
	Cofins		7,60%	388,81
	PIS		1,65%	84,41
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)		-	-
	C.3 Tributos Municipais (especificar):		-	-
	ISS		3,00%	153,48
			Total	1.034,58
Cálculo dos Tributos		Base de Cálculo para os Tributos dividido por (1 - (Total de Tributos em % dividido por 100) ) x Alíquota do Tributo		
2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (RS)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			1.980,00
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			1.797,08
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			126,78
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			50,82
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			126,69
			Subtotal (A + B + C + D + E)	4.081,37
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			1.034,58
			Valor Total por Empregado	5.115,95
*Quando da execução contratual o valor do prêmio por tempo de trabalho será glosado caso os profissionais da empresa contratada não se enquadrem nas condições para a percepção do benefício, conforme CCT de referência para o cálculo dessa planilha.				

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS					
CONTA VINCULADA					
CONDUÇÃO VEICULAR – motorista executivo - Aparecida de Goiânia					
Serviços Extraordinários – Custos Fixos					
Dias úteis e sábados					
Remuneração				1.980,00	
1	Composição da Remuneração				Valor (R\$)
A	Hora normal				9,00
B	Adicional				4,50
				Total	13,50
13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias					
A	13º (décimo terceiro) Salário			8,33%	1,13
B	Férias e Adicional de Férias			11,11%	1,50
				Total	2,63
Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições					
A	INSS			20,00%	3,23
B	Salário Educação			2,50%	0,40
C	RAT x FAP	RAT =	2%	FAP =	2,000
D	SESC ou Sesi			1,50%	0,24
E	SENAC ou SENAI			1,00%	0,16
F	SEBRAE			0,60%	0,10
G	INCRA			0,20%	0,03
H	FGTS			8,00%	1,29
				Total	37,80%
Multa do FGTS				3,20%	0,43
				Total	0,43
Custos Indiretos, Lucro e Tributos					
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Somatório dos totais dos dos itens 1, 2, 3 e 4)				-	22,66
A	Custos Indiretos			3,00%	0,68
BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Somatório dos totais dos dos itens 1, 2, 3 e 4 + Custos Indiretos)				-	23,34
B	Lucro			6,79%	1,58
BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Somatório dos totais dos dos itens 1, 2, 3 e 4 + Custos Indireto + Lucro)				-	24,92
C	Tributos			12,25%	3,48

	C.1 Tributos Federais (especificar)	-	-
	Cofins	7,60%	2,16
	PIS	1,65%	0,47
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)	-	-
	C.3 Tributos Municipais (especificar):	-	-
	ISS	3,00%	0,85
		Total	5,74
Percentual Total de Tributos		12,25%	
Cálculo dos Tributos	Base de Cálculo para os Tributos dividido por ( 1 - (Total de Tributos em % dividido por 100)) x Alíquota do Tributo		
VALOR DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS – hora de serviço prestado			
A	Valor base		R\$ 13,50
B	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ 2,63
C	Encargos previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições		R\$ 6,10
D	Multa do FGTS		R\$ 0,43
E	Custos Indiretos, Lucro e Tributos		R\$ 5,74
TOTAL			R\$ 28,40

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
CONTA VINCULADA			
CONDUÇÃO VEICULAR – motorista executivo - Aparecida de Goiânia			
Serviços Extraordinários – Custos Fixos			
Domingos e feriados			
Remuneração			1.980,00
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Hora normal		9,00
B	Adicional		9,00
Total			18,00
13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	1,50
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	2,00
Total			3,50
Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições			



A	INSS			20,00%	4,30
B	Salário Educação			2,50%	0,54
C	RAT x FAP	RAT = 2%	FAP = 2,000	4,00%	0,86
D	SESC ou Sesi			1,50%	0,32
E	SENAC ou SENAI			1,00%	0,22
F	SEBRAE			0,60%	0,13
G	INCRA			0,20%	0,04
H	FGTS			8,00%	1,72
Total				37,80%	8,13
Multa do FGTS				3,20%	0,58
				Total	0,58
Custos Indiretos, Lucro e Tributos					
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Somatório dos totais dos dos itens 1, 2, 3 e 4)				-	30,21
A	Custos Indiretos			3,00%	0,91
BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Somatório dos totais dos dos itens 1, 2, 3 e 4 + Custos Indiretos)				-	31,12
B	Lucro			6,79%	2,11
BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Somatório dos totais dos dos itens 1, 2, 3 e 4 + Custos Indireto + Lucro)				-	33,23
C	Tributos			12,25%	4,64
	C.1 Tributos Federais (especificar)			-	-
	Cofins			7,60%	2,88
	PIS			1,65%	0,62
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)			-	-
	C.3 Tributos Municipais (especificar):			-	-
	ISS			3,00%	1,14
				Total	7,66
Percentual Total de Tributos				12,25%	
Cálculo dos Tributos		Base de Cálculo para os Tributos dividido por (1 - (Total de Tributos em % dividido por 100) ) x Alíquota do Tributo			
VALOR DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS – hora de serviço prestado					
A	Valor base				18,00
B	13º Salário, Férias e Adicional de Férias				3,50
C	Encargos previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições				8,13
D	Multa do FGTS				0,58
E	Custos Indiretos, Lucro e Tributos				7,66
				Total	37,87

\_\_\_\_\_

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
CONTA VINCULADA			
CONDUÇÃO VEICULAR – motorista executivo - Aparecida de Goiânia			
Serviços Extraordinários – Custos Eventuais			
A	Vale transporte	R\$ 8,60	
B	Auxílio Alimentação	R\$ 20,00	
C	Participação do empregado sobre auxílio alimentação	-R\$ 1,00	
SUBTOTAL		R\$ 27,60	
D	TRIBUTOS		
	D.1 Tributos Federais (especificar)	12,25%	R\$ 3,85
	Cofins	7,60%	R\$ 2,39
	PIS	1,65%	R\$ 0,52
	D.2 Tributos Estaduais (especificar)	-	-
	D.3 Tributos Municipais (especificar):	-	-
	ISS	3,00%	R\$ 0,94
Cálculo dos Tributos		Base de Cálculo para os Tributos dividido por (1 - (Total de Tributos em % dividido por 100) ) x Alíquota do Tributo	
VALOR TOTAL DOS CUSTOS EVENTUAIS		R\$ 31,45	
* Os custos eventuais somente serão pagos se a empresa contratada incorrer em tais valores por disposição de Lei, Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo de Trabalho.			

[illegible]

Descrição	QTD	UND	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Mediana das Amostras	Média das Amostras	Desvio Padrão	Coefficiente de variação	Análise das amostras	Preço unitário estimado	Preço total estimado
Calça Social	5	und	R\$ 99,90	R\$ 78,00	R\$ 62,00	R\$ 78,00	R\$ 79,97	19	24	HOMOGÊNEA	R\$ 79,97	R\$ 399,85
Camisa Social	5	und	R\$ 99,90	R\$ 88,50	R\$ 99,90	R\$ 99,90	R\$ 96,10	7	7	HOMOGÊNEA	R\$ 96,10	R\$ 480,50
Gravata	5	und	R\$ 48,00	R\$ 52,00	R\$ 29,99	R\$ 48,00	R\$ 43,33	12	27	HETEROGÊNEA	R\$ 48,00	R\$ 240,00
Sapato Social	3	par	R\$ 89,99	R\$ 89,90	R\$ 79,00	R\$ 89,90	R\$ 86,30	6	7	HOMOGÊNEA	R\$ 86,30	R\$ 258,90
Meias	5	par	R\$ 9,99	R\$ 4,99	R\$ 6,90	R\$ 6,90	R\$ 7,29	3	35	HETEROGÊNEA	R\$ 6,90	R\$ 34,50
Cinto Social	1	und	R\$ 34,00	R\$ 79,90	R\$ 89,90	R\$ 79,90	R\$ 67,93	30	44	HETEROGÊNEA	R\$ 79,90	R\$ 79,90
VALOR GLOBAL ANUAL												R\$ 1.493,65
VALOR MENSAL*												R\$ 126,70

QUADRO RESUMO – Valor estimativo						
SERVIÇOS ORDINÁRIOS						
LOCALIDADE			QTD	UND	VALOR UNITÁRIO MENSAL – por posto	VALOR TOTAL MENSAL – por localidade
Goiânia			3	posto	R\$ 5.235,27	R\$ 15.705,81
Aparecida de Goiânia			1	posto	R\$ 5.115,95	R\$ 5.115,95
VALOR TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS ORDINÁRIOS						R\$ 20.821,76
VALOR TOTAL ANUAL DOS SERVIÇOS ORDINÁRIOS						R\$ 249.861,12
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS						
TIPOS	QTD ESTIMADA DE HORAS/ANO POR LOCALIDADE¹ A	QTD ESTIMADA DE DIAS/ANO² B	VALOR UNITÁRIO CUSTO FIXO (valor por hora) C	VALOR UNITÁRIO CUSTO EVENTUAL (valor por dia) D	VALOR TOTAL CUSTO FIXO A x C	VALOR TOTAL CUSTO EVENTUAL B x D
DIAS ÚTEIS E SÁBADOS – Goiânia	230	28,75	R\$ 29,06	R\$ 32,19	R\$ 6.683,80	R\$ 925,46
DOMINGOS E FERIADOS – Goiânia	230	28,75	R\$ 38,76	R\$ 32,19	R\$ 8.914,80	R\$ 925,46
DIAS ÚTEIS E SÁBADOS – Aparecida de Goiânia	70	8,75	R\$ 28,40	R\$ 31,45	R\$ 1.988,00	R\$ 275,19
DOMINGOS E FERIADOS – Aparecida de Goiânia	70	8,75	R\$ 37,87	R\$ 31,45	R\$ 2.650,90	R\$ 275,19
VALOR TOTAL POR TIPO DE CUSTO					R\$ 20.237,50	R\$ 2.401,30

VALOR TOTAL ANUAL DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS – custos fixos e custos eventuais	R\$ 22.638,80
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (serviços ordinários + serviços extraordinários)	R\$ 272.499,92
<sup>1</sup> Quantidade estimada para possibilitar o cálculo por localidade <sup>2</sup> Cálculo da quantidade estimada de dias por ano: 150/8= 18,75 dias, onde 150 corresponde à quantidade de horas de serviços extraordinários no ano e 8 corresponde à jornada diária ordinária	

**ANEXO III DO EDITAL**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO**

Na formação dos preços estimados para a contratação foi utilizada a Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Estado de Goiás e o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário no Estado de Goiás, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o número G0000452/2021.

**1. MÃO DE OBRA – REMUNERAÇÃO**

**1.1. Salário base**

O valor do salário da categoria envolvida na prestação dos serviços ora licitados foi definido tendo por base o piso definido na CCT, cláusula terceira.

**2. ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

**2.1. 13ª SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS**

Item	%	Memória de cálculo	Fundamento
A. 13º Salário	8,333%	(1/12)x100	Art. 7º, VIII, CF/88
B. Férias e Adicional de férias	11,11%	(1/12) + (1/12/3)x100	Art. 7º, XVII, CF/88

**2.2. GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES**

Item	%	Fundamento
A. SEGURIDADE SOCIAL	20,00%	Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457, de 16 de março de 2007.
B. SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982

C. RAT X FAP	4,00%	Decreto 3048/1999, Anexo V ( <b>ver memória de cálculo abaixo</b> )
D. SESI/SESC	1,50%	Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.
E. SENAI/SENAC	1,00%	Art. 1º, <i>caput</i> , Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, <i>caput</i> do Decreto-Lei 8.621, de 1946. (SENAC).
F. SEBRAE	0,60%	Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.
G. NCRA	0,20%	Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146 de 31 de dezembro de 1970
H. FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF.
<b>TOTAL</b>	<b>37,80%</b>	

#### **Memória de Cálculo - Riscos Ambientais do Trabalho RAT X FAP**

RAT x FAP = 2 x 2,000 = 4%

RAT – 2% (Conforme Anexo V do Decreto nº 3.048/1999 - CNAE **4929-9/99**)

FAP – 2,000 (Fator máximo)

**Observação:** O licitante deve preencher suas planilhas de composição de custos e formação de preços com a alíquota de seu Fator Acidentário de Prevenção - FAP, o qual será comprovado quando do envio de sua proposta escrita, mediante apresentação de documento apto a fazê-lo.

#### **2.3. Benefícios Mensais e Diários**

A. O vale transporte é baseado no preço da passagem, trajeto de ida e volta residência/sede TRE-GO, considerando-se 22 dias/mês.

B. O desconto legal do vale transporte corresponde ao percental definido no art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418, de 16 de dezembro de 1985 (desconto máximo de 6% do salário-base, proporcionalmente aos dias trabalhados)

C. Auxílio alimentação: Valor estabelecido na cláusula décima terceira, § 1º, da CCT.

D. Desconto sobre auxílio alimentação: Percentual definido na cláusula décima terceira, § 2º, da CCT.

E. Prêmio por tempo de serviço: calculado de acordo com o estabelecido na cláusula décima primeira da CCT.

**OBS:** Quando da execução contratual o valor do prêmio por tempo de trabalho será glosado caso os profissionais da empresa contratada não se enquadrem nas condições para a percepção do benefício.

#### **3. PROVISÃO PARA RESCISÃO**

Item	%	Cálculo	Base de Cálculo
A. Aviso Prévio Indenizado	0,42%	$0,05 \times (1/12) \times 100$	Módulo 1 + módulo 2
B. Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	$(0,08 \times 0,0042) \times 100$	Módulo 1
C. Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	$\left( \frac{((1/30) \times 7)}{12} \right) \times 100$	Módulo 1
D. Incidência dos encargos do submódulo GPS, FGTS e Outras Contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,73%	$(0,378 \times 0,0194) \times 100$	Módulo 1
E. Multa do FGTS e contribuição social	3,20%	$(0,08 \times 100)$	Módulo 1

A. Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano.

B. 8% sobre o percentual de aviso prévio indenizado

C. Redução de 7 dias ou de 2h por dia para 100% dos empregados. Percentual relativo a contratação de 12 (doze) meses.

D. 37,80% sobre o percentual de aviso prévio trabalhado.

E. Multa de 40% sobre os depósitos do FGTS.

#### 4. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

**4.1. Substituto nas Ausências Legais** - O submódulo destina-se ao cálculo do custo estimado para a reposição em face de ausências legais do empregado residente.

Item	CÁLCULO
A. Substituto na cobertura de Ausências Legais - estima-se 01 dia de ausência legal	$\left( \frac{((\text{Módulo 1} + \text{módulo 2 (menos vale transporte, auxílio alimentação e prêmio por tempo de serviço)} + \text{módulo 3})/30) \times 1)/12}{1} \right)$
B. Substituto na cobertura de Licença Paternidade – estima-se 1,5% de licença paternidade	$\left( \frac{((\text{Módulo 1} + \text{módulo 2 (menos vale transporte, auxílio alimentação e prêmio por tempo de serviço)} + \text{módulo 3})/30) \times 5/12) \times 0,015}{1} \right)$

C. Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho – estima-se 0,78% de ausências por acidente de trabalho	$(((\text{Módulo 1} + \text{módulo 2 (menos vale transporte, auxílio alimentação e prêmio por tempo de serviço)} + \text{módulo 3})/30) \times 15/12) \times 0,0078$
D. Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade – estima-se 2% de afastamento maternidade	$(((\text{Módulo 1} + \text{módulo 1} / 3) \times 12 + ((\text{submódulo 2.2} + \text{sub (menos vale transporte e auxílio alimentação)} + \text{módulo 3}) \times 4/12 \times 0,02$
E. Substituto na cobertura de Ausência por doença – estima-se 3 dias de ausência por doença	$(((\text{Módulo 1} + \text{módulo 2 (menos vale transporte, auxílio alimentação e prêmio por tempo de serviço)} + \text{módulo 3})/30) \times 3)/12$

## 5. INSUMOS

Uniformes: Os valores de uniformes foram baseados em pesquisas de mercado.

## 6. CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6.1. Custos indiretos - Para fins de estimativa do TRE-GO, foi considerado o percentual definido no Caderno Técnico SEGES 3% (três por cento)

6.2. Lucro - Para fins de estimativa do TRE-GO, foi considerado o percentual definido no Caderno Técnico SEGES 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento)

6.3. Tributos:

6.3.1 - ISS conforme definido no Código Tributário do município de prestação do serviço.

6.3.2 - Os tributos COFINS e PIS foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Real, entretanto, **o licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha, com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.**

### Memória de cálculo – Custos indiretos, Tributos e Lucro

**Custos Indiretos:**  $(\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5}) \times \text{percentual de custos indiretos}$

**Lucro:**  $(\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5} + \text{Custos indiretos}) \times \text{percentual de lucro}$

**Tributos:**  $((\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucro}) / \text{índice}) \times \text{alíquota de tributo}$

- Onde:  $\text{índice} = 1 - (\text{alíquota de tributos}/100) - \text{Ex.: } 1 - (14,25/100) = 1 - 0,1425 = 0,8575$

**OBS:** Eventuais custos não previstos expressamente na memória de cálculo da licitante serão cobertos por seus custos indiretos e lucro.

7. Para o cálculo de serviços extraordinários foram considerados :

**7.1. Para o custo fixo:**

- A) Divisor 220;
- B) Acréscimo à hora definido no item 4.4.4.2 do Termo de Referência;
- C) Provisões para incidências dessa verba em 13º salário, férias e respectivo adicional;
- D) Incidências dos custos indiretos, lucro e tributos.

**7.2 Para os custos eventuais:**

- A) Vale transporte;
- B) Auxílio alimentação.

**OBS: Os custos eventuais, durante a execução contratual, somente deverão ser pagos se a empresa contratada incorrer em tais valores por disposição de Lei, Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo de Trabalho.**

**ANEXO IV DO EDITAL**  
**RELAÇÃO DOS PERCENTUAIS MÁXIMOS E MÍNIMOS DE PROVISIONAMENTO**

CONTA VINCULADA	
LUCRO PRESUMIDO OU LUCRO REAL	
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS*	
MÍNIMO	MÁXIMO
34,80%	37,80%
13º SALÁRIO + FÉRIAS + 1/3 CONSTITUCIONAL (A)	
19,44%	



INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE 13º SALÁRIO, FÉRIAS E 1/3 CONSTITUCIONAL (B)	
MÍNIMO	MÁXIMO
6,76%	7,34%
Multa sobre FGTS ( C )	
3,20%	
PERCENTUAIS TOTAIS DE PROVISIONAMENTO (A+B+C)	
MÍNIMO	MÁXIMO
29,40%	29,98%

**\*A variação dos encargos previdenciários e FGTS em mínimo e máximo decorre da variação do FAP, que pode reduzir pela metade o RAT ou multiplicado pelo dobro**

#### ANEXO V DO EDITAL

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara que possui os seguintes contratos vigentes firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada:

Contratante (órgão, entidade, empresa, etc.)	Endereço e telefone do Contratante	Número/Ano de contrato	Vigência do contrato	Valor total do contrato
			.... / .... / .... a .... / .... / ....	

<b>Valor total dos contratos (R\$)</b>				

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

**ANEXO V-A**

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos

OBS: Esse resultado deverá ser superior a 1.

**ANEXO V-B**

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

(Valor da receita bruta – Valor total dos contratos) x 100 = Valor da receita bruta

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), a licitante deverá apresentar, concomitantemente, as devidas justificativas.

## ANEXO V-C

### JUSTIFICATIVA PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL MAIOR QUE 10% (SE FOR O CASO)

#### Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.

## ANEXO VI DO EDITAL

### MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. Pela presente, o (a) \_\_\_\_\_ (nome da instituição fiadora) com sede em \_\_\_\_\_ (endereço completo), por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como FIADOR e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da empresa \_\_\_\_\_ (nome da empresa), com sede em \_\_\_\_\_ (endereço completo), até o limite de R\$ \_\_\_\_\_ (valor da garantia) (\_\_\_\_\_ (valor por escrito) para efeito de garantia à execução do Contrato nº \_\_\_\_\_ (número do contrato, formato xx/ano), decorrente do processo licitatório \_\_\_\_\_ (modalidade e número do instrumento convocatório da licitação – ex.: PE nº xx/ano), firmado entre a AFIANÇADA e o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás para \_\_\_\_\_ (objeto da licitação), tendo este FIADOR plena ciência dos termos do referido Edital licitatório e das cláusulas contratuais.

2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa AFIANÇADA, de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Administração contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração contratante à AFIANÇADA;
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela AFIANÇADA; e,
- e) ressarcimento à Administração no caso de rescisão contratual havida por culpa da AFIANÇADA.

3. Esta fiança é válida por \_\_\_\_\_ (prazo, contado em dias, correspondente à vigência do contrato) (\_\_\_\_\_ (valor por escrito) dias, contados a partir de \_\_\_\_\_ (data de início da vigência do contrato), vencendo-se, portanto em \_\_\_\_\_ (data).

4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o (a) \_\_\_\_\_ (nome da instituição fiadora) efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (dias) após o vencimento desta fiança.

6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa AFIANÇADA será admitida ou invocada por este FIADOR com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

7. Obriga-se este FIADOR, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.

8. Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta fiança, o (a) \_\_\_\_\_ (nome da instituição fiadora) não tiver recebido do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás qualquer comunicação relativa a inadimplemento da AFIANÇADA, ou termo circunstanciado de que a AFIANÇADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito e ficando o FIADOR exonerado da obrigação assumida por força deste documento.

9. Declara, ainda, este FIADOR, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

10. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

(Local e data)

(Instituição garantidora)

(Assinaturas autorizadas)

**ANEXO VII DO EDITAL**

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DO DOCUMENTO FISCAL E PAGAMENTO DE SALÁRIOS**

A empresa ....., CNPJ n. .... por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade n. .... e CPF n. .... autoriza o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, com fundamento no Termo de Contrato TRE-GO n.º XX/XXXX, a fazer o desconto no documento fiscal e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem por ela adimplidos, sem prejuízo das sanções cabíveis.

..... de ..... de 20XX

\_\_\_\_\_

Assinatura do representante da empresa

\_\_\_\_\_

Nome do representante da empresa

**ANEXO VIII DO EDITAL**

**AUTORIZAÇÃO PARA RETENÇÃO DA GARANTIA**

A empresa ....., CNPJ n. .... por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade n. .... e CPF n. .... autoriza o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, com fundamento no Termo de Contrato TRE-GO n.º XX/XXXX, a reter, a qualquer tempo, a garantia contratual na forma prevista na minuta de contrato, abaixo transcrita:

....., ..... de ..... de 20XX

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa

\_\_\_\_\_  
Nome do representante da empresa

**ANEXO IX DO EDITAL**  
**AUTORIZAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO CONTA VINCULADA**

À Agência AAAAAA do Banco xxxx S.A

Endereço

CEP: nn.nnn-nnn (CEP da agência) – Cidade (UF)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo em caráter irrevogável e irretratável, que o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, solicite a esta agência bancária, ou providencie por meio eletrônico, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-corrente vinculada nº \_\_\_\_\_ – bloqueada para movimentação –, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato \_\_ nº \_\_/\_\_, firmado com o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida conta-corrente, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Proponente)

\_\_\_\_\_  
(local e data)

**ANEXO X DO EDITAL**

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE DE PESSOAS, CARGAS, MATERIAIS E DOCUMENTOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS E A EMPRESA XXXXX.

CONTRATO TRE/GO Nº XX/XXXX

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**, situado na Praça Cívica nº 300 - Centro, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.526.875/0001-45, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **XXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade nº **XXXXXXXX** expedida pela **XXXX**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº **XXXXXXXX** e, de outro lado, a empresa **XXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXX**, estabelecida na **XXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXX**, telefone: **XXXXXXXX**, e-mail Institucional **XXXXXXXX**, neste ato representada por **XXXXXXXX**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **XXXXXXXX**, expedida pela **XXX/XX**, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número **XXXXXXXX**, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Resolução CNJ nº 169/2013 e Portaria nº 70/2019 da Presidência do TRE-GO, o presente contrato de prestação de serviços contínuos de condução de veículos para o transporte de pessoas, cargas, materiais e documentos, sob o regime de empreitada **por preço global**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contínuos de condução de veículos para o transporte de pessoas, cargas, materiais e documentos, em veículos próprios, alugados ou cedidos ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás - TRE-GO, quando em exclusivo deslocamento oficial, de acordo com as descrições, especificações, quantitativos e detalhamentos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços contratados obedecerá ao estipulado neste Contrato e no Termo de Referência, bem como ao estabelecido no ato convocatório da licitação que lhe deu origem (Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/XXXX) e nas obrigações assumidas pela **CONTRATADA** através da proposta firmada em XX/XX/XXXX, constante do documento de nº XXXXX no Processo SEI nº 22.0.000005796-0, e dirigida ao **CONTRATANTE**, documentos que, independentemente de transcrição, integram e complementam o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO SUPORTE LEGAL

O presente instrumento foi precedido de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, registrado sob o número **XXX/20X**, e celebrado nos termos da Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, observadas todas as alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global estimado de **R\$ XXXX,XXX (xxxxxxxxx)**, referente aos seguintes Municípios:

QUADRO RESUMO
SERVIÇOS ORDINÁRIOS

LOCALIDADE			QTD	UND	VALOR UNITÁRIO MENSAL – por posto	VALOR TOTAL MENSAL – por localidade
Goiânia			3	posto	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
Aparecida de Goiânia			1	posto	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
VALOR TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS ORDINÁRIOS						R\$ XXXXX
VALOR TOTAL ANUAL DOS SERVIÇOS ORDINÁRIOS						R\$ XXXXXX
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS						
TIPOS	QTD ESTIMADA DE HORAS/ANO POR LOCALIDADE¹	QTD ESTIMADA DE DIAS/ANO²	VALOR UNITÁRIO CUSTO FIXO (valor por hora) C	VALOR UNITÁRIO CUSTO EVENTUAL (valor por dia) D	VALOR TOTAL CUSTO FIXO A x C	VALOR TOTAL CUSTO EVENTUAL B x D
DIAS ÚTEIS E SÁBADOS – Goiânia	230	28,75	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX
DOMINGOS E FERIADOS – Goiânia	230	28,75	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX
DIAS ÚTEIS E SÁBADOS – Aparecida de Goiânia	70	8,75	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX
DOMINGOS E FERIADOS – Aparecida de Goiânia	70	8,75	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX
VALOR TOTAL POR TIPO DE CUSTO					R\$ XXXX	R\$ XXXX
VALOR TOTAL ANUAL DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS – custos fixos e custos eventuais					R\$ XXXX	
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (serviços ordinários + serviços extraordinários)					R\$ XXXXX	

¹ Quantidade estimada para possibilitar o cálculo por localidade

² Cálculo da quantidade estimada de dias por ano: 150/8= 18,75 dias, onde 150 corresponde à quantidade de horas de serviços extraordinários no ano e 8 corresponde à jornada diária ordinária

§ 1º Em períodos eleitorais, revisão do eleitorado, fechamento do cadastro e eventos excepcionais poderão ser solicitadas horas adicionais de serviço, limitado a **300 (trezentas) horas anuais** aos domingos e feriados e 300 (trezentas) horas de segunda a sábado, considerando a totalidade dos postos. O cálculo da hora adicional obedecerá aos seguintes parâmetros:

Dias da Semana:	Percentual a ser pago por serviços extraordinários:
Dias úteis e sábados	50% calculado sobre a hora normal do serviço
Domingos e feriados	100% calculado sobre a hora normal do serviço
A hora normal equivale a 1/220 (um, duzentos e vinte avos) do valor mensal.	

§ 2º Somente serão considerados serviços extraordinários, as horas que ultrapassem a carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;

§ 3º O valor total anual é meramente estimativo, uma vez que neste está incluso o serviço (hora) adicional, que ocorrerá de acordo com a demanda necessária.

**CLÁUSULA QUINTA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**

O valor fixado neste instrumento contratual para a realização dos serviços objeto deste Contrato se refere à execução com a máxima qualidade. A medição de avaliação de qualidade com utilização do IMR terá abrangência de até 10% (dez por cento) do valor mensal contratado. Desta forma, 90% (noventa por cento) do valor total mensal contratado, será pago referente à efetividade do prestador, conforme registro de presença e falta no sistema de efetividade e 10% (dez por cento) será pago conforme a qualidade do serviço, sendo que as falhas de qualidade que vão gerar desconto serão registradas em tabelas constantes do anexo único.

I - As falhas na qualidade da prestação dos serviços serão registradas pelo fiscal na planilha de fiscalização mensal, conforme o tipo (descrito no anexo único do Termo de Referência) e o número de ocorrências.

II - As atividades operacionais a serem avaliadas no âmbito deste Instrumento de Medição de Resultados foram divididas em 8 (oito), conforme tabela a seguir:

AVALIAÇÃO MENSAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS NO MÊS (REGISTRAR DATA DO FATO E BREVE RELATO DO OCORRIDO)
1	Ausentar-se do local de trabalho sem autorização do Diretor do Foro;	
2	Não tratar as pessoas, em seu ambiente de trabalho, com urbanidade e cordialidade;	
3	Transporte de pessoas estranhas ao serviço da Justiça Eleitoral;	
4	Apresentar-se para o trabalho com o uniforme em desconformidade com os padrões habituais;	
5	Deixar de atender, tempestivamente, as ordens e orientações emanadas pelo Diretor do Foro;	
6	Não ter o devido zelo, deixando de comunicar irregularidades, eventualmente, apresentadas pelo veículo;	
7	Deixar de ter zelo com o transporte de pessoas ou materiais;	



**III** - A avaliação das atividades será realizada no decorrer da prestação dos serviços, sem aviso prévio à CONTRATADA, por acompanhamento e conferência dos serviços executados, mediante o uso de formulários, ou sistema informatizado que venha a substituí-los, ou ainda de outro modo, no qual o servidor encarregado registrará, para cada trabalho avaliado, a conformidade ou não dos itens de avaliação presentes com os resultados esperados pela CONTRATANTE.

**IV** - O período avaliativo mensal será composto por todas as atividades desempenhadas pelos(as) motoristas, que serão constantemente monitorados(as) pelo fiscal do contrato.

**V** - O cálculo seguirá conforme tabela abaixo:

VALOR DO CONTRATO MENSAL (A)
PERÍODO DE APURAÇÃO
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (B)

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO MÊS (B)	FAIXA IMR ATINGIMENTO DA META (C)	PERCENTUAL DA GLOSA % (D) (100 - C)	VALOR DA GLOSA (E) ( D x A)	VALOR A SER RECEBIDO PELA EMPRESA (A - E)
0 a 5	100%	0%	R\$	R\$
6 a 8	98%	02%	R\$	R\$
9 a 10	95%	05%	R\$	R\$
11 a 14	90%	10%	R\$	R\$
15 ou mais , por local de prestação do serviço.	90% + Sanções contratuais	10% + Sanções contratuais	R\$	R\$
<b>VALOR RECEBIDO</b>			R\$	R\$

A – Valor mensal do contrato R\$:

B - Número de ocorrências:

C – Faixa do IMR:

D – Percentual de glosa:

E – Valor glosado R\$:

F - Valor da Nota Fiscal: R\$

G - Valor a ser recebido pela empresa (F-E).

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos valores contratados será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a execução contratual, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente, até o **10º (décimo) dia útil**, contado do ateste da fatura/nota fiscal protocolada na sede do **TRE-GO**, em Goiânia-GO, cumprindo-se observar:

**I** - no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo da fatura/nota fiscal na sede do **TRE-GO**, em Goiânia-GO, o **CONTRATANTE** deverá atestá-la ou notificar a **CONTRATADA** para sanar as irregularidades eventualmente verificadas, sendo que, nesse caso, o prazo para ateste ficará suspenso até a resolução das pendências;

**II** – o prazo para pagamento das faturas ficará suspenso durante os períodos de indisponibilidade dos sistemas informatizados de tramitação processual do **CONTRATANTE**;

**III** – como condição para a fatura/nota fiscal ser atestada, além da comprovação da conformidade dos serviços executados, a **CONTRATADA** deverá comprovar o correto e tempestivo adimplemento das verbas trabalhistas e obrigações sociais e previdenciárias referentes à mão de obra diretamente envolvida na execução do presente ajuste, devendo a fatura/nota fiscal, obrigatoriamente, ser acompanhada de:

- a) comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista da Contratada;
- b) certidão negativa de débitos trabalhistas;
- c) folha de pagamento;
- d) comprovante de quitação dos salários (Contracheque e/ou depósito), bem como férias e 13º;
- e) comprovantes de pagamento de vale-transporte (recibo/comprovante de depósito/contracheque) ou declaração de desistência;
- f) folha de ponto de funcionários que fazem parte da amostra;
- g) extratos comprobatórios de recolhimento das contribuições previdenciárias;
- h) extratos comprobatórios de depósitos do FGTS;
- i) guia de recolhimento do FGTS quitada;
- j) guia de recolhimento das contribuições previdenciárias quitada.

**IV** – não sendo satisfeitas as condições listadas no inciso III, a nota fiscal/fatura apresentada não será atestada, obstando o pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATADA, até que seja saneada a situação, sem prejuízo do previsto na Cláusula Décima Sexta – Das Penalidades e Recursos Administrativos e demais cominações legais, além de ser levado o caso ao conhecimento dos órgãos de controle como Ministério Público do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho, dentre outros, conforme o caso.

**§ 1º** A **CONTRATADA** deverá apresentar documento para liquidação da despesa que possibilite a retenção dos tributos respectivos, a ser emitido no primeiro dia útil posterior ao período de prestação dos serviços, sem rasuras, em letra legível, fazendo constar na mesma o número de sua conta bancária, o nome do banco e respectiva agência.

**§ 2º** Independentemente do dia do início da execução do contrato, no primeiro mês serão pagos os dias restantes até o final do mês em curso, e a partir de então, para efeito de pagamento, a prestação dos serviços será contada sempre do primeiro ao último dia de cada mês, à exceção do último mês de execução contratual, que será contado do primeiro dia até o termo final do prazo de vigência do ajuste.

**§ 3º** A fatura/nota fiscal apresentada deverá estar acompanhada das certidões comprobatórias da regularidade da **CONTRATADA** perante a Justiça do Trabalho, o Instituto Nacional de Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Fazenda Nacional e da documentação exigida pela Instrução Normativa MDOG n. 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**§ 4º** A mora nos pagamentos a cargo do **CONTRATANTE**, causada pela inviabilização do ateste, nos termos previstos no item “IV” da presente cláusula, não gera para a **CONTRATADA** o direito à correção monetária descrita no § 15 desta cláusula.

**§ 5º** O **CONTRATANTE**, a cada pagamento, realizará consulta ao SICAF e à Justiça do Trabalho, para verificar a regularidade trabalhista e fiscal da **CONTRATADA**.

**§ 6º** Constatando-se a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** providenciará sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a sua situação ou, no mesmo prazo, apresente a sua defesa.

**§ 7º** O prazo do parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

**§ 8º** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e/ou trabalhista quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento(s) a ser(em) efetuado(s) pela Administração, para que acionem os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**§ 9º** Persistindo a(s) irregularidade(s), a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa.

**§ 10.** Havendo a efetiva prestação de serviços, desde que, e a partir de quando, a fatura/nota fiscal apresentada preencha os requisitos para ser atestada, nos termos do inciso III desta Cláusula, os pagamentos serão realizados, até que se decida acerca da rescisão ou manutenção contratual, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF e/ou Justiça do Trabalho.

**§ 11.** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do **CONTRATANTE**, não será rescindida esta contratação, no caso de inadimplência perante ao SICAF e/ou Justiça do Trabalho.

**§ 12.** O **CONTRATANTE** pode deduzir dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nos termos fixados nos artigos 368 a 380 da Lei nº 10.406/2002, e nos casos de insuficiência da garantia à execução do contrato prestada, quaisquer valores correspondentes a multas e/ou indenizações/ressarcimentos aplicados a esta.

**§ 13.** O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a fatura/nota fiscal, que deverá ser o mesmo habilitado no Pregão Eletrônico TRE-GO XX/XXXX, facultando-se o pagamento à filial desde que seja apresentada a documentação desta no citado prélio licitatório e previamente comprovada a regularidade fiscal e trabalhista.

**§ 14.** Será devido o ISS, sobre o valor pactuado, na porcentagem pertinente, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 116/03.

§ 15. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, apurada a partir da data de seu vencimento até a do efetivo pagamento, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**

**Na qual:**

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

<b>I = (TX)</b>	<b>I = (6/100) / 365</b>	<b>I = 0.00016438</b>
-----------------	--------------------------	-----------------------

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, por conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0052 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado de Goiás, natureza de despesa 339037 – subitem 01 - Plano Interno: ADM APOIO, UGR: 70133, PTRES: 167818, FONTE 100, reservada mediante a emissão do pré-empenho 2022PE000179, compromissada pela Nota de Empenho nº 20XXNEXXXX.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

**I** - promover, por intermédio do(a) servidor(a) especialmente designados(as), o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, cumprindo observar:

**a)** o representante do **CONTRATANTE** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas;

**b)** as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas necessárias.

**II** - permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** em suas dependências, de acordo com as normas de segurança vigentes, para a execução dos serviços contratados;

**III** - observar, durante a vigência do Contrato, o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, a fim de que se mantenham todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame que deu origem a este Contrato;

**IV** - rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo sua correção imediata, sob pena de suspensão do contrato a ser firmado, ressalvado os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito;

**V** - analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, caso os serviços sejam realizados mediante dedicação exclusiva de mão de obra;

**VI** - rejeitar a prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, por terceiros, sem expressa e prévia anuência do **CONTRATANTE**;

**VII** - notificar a **CONTRATADA** a apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação, os documentos de abertura de conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, no nome da empresa, bem como assinatura de termo específico do banco público oficial que permita a este Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização, conforme o disposto no art. 6º da Resolução CNJ nº 169/2013 e da Portaria nº 70/2019- PRES.

§ 1º Além do acompanhamento e da fiscalização da execução do contrato, o representante do **CONTRATANTE** poderá, ainda, recusar o fornecimento dos insumos e suspender qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária e, ainda, notificar a **CONTRATADA** a restabelecer e manter a regularidade contratual, sob as penas da lei.

§ 2º Persistindo a irregularidade contratual, após as providências acima, o representante do TRE-GO informará a situação à Administração do **CONTRATANTE** para que tome as medidas necessárias para implementar o descrito na Cláusula Décima Sexta - Das Penalidades e Recursos Administrativos, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis à espécie.

§ 3º Configura-se a REGULARIDADE CONTRATUAL quando as partes signatárias do presente ajuste cumprem fielmente todos os seus termos. Já a IRREGULARIDADE CONTRATUAL, ao revés, resta configurada pelo descumprimento de qualquer dos direitos, deveres e obrigações expressos e/ou implícitos no presente instrumento contratual, seus anexos, e ainda, no edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/XXXX.

§ 4º É assegurada ao **CONTRATANTE** a faculdade de exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** obriga-se a:

**I** - executar fielmente todas as obrigações e deveres assumidos no presente instrumento, de acordo com as cláusulas avençadas e de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, além das condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO XX/XXX;

**II** - iniciar a execução dos serviços contratados na data estipulada na respectiva Ordem de Serviço – OS, respondendo pelas consequências da inexecução total ou parcial;

**III** - respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do **CONTRATANTE**;

**IV** - apresentar declarações de distribuição dos foros criminais da Justiça Estadual, Justiça Militar, Justiça Eleitoral e da Justiça Federal do(s) estado(s) onde as(os) empregadas(os) a serem contratados tenham residido nos últimos 5(cinco) anos;

**V** - apresentar pasta fichário ou arquivo digital, em até, no máximo, 10(dez) dias corridos após o início da prestação dos serviços, no qual estejam acondicionadas a identificação completa dos condutores que serão contratados para execução do objeto aqui exposto, contendo, no mínimo: foto, tipo sanguíneo/fator Rh, endereço e telefone residencial, além de cópia do RG, CPF e Carteira Nacional de Habilitação;

**VI** - fornecer uniformes a cada um dos condutores que executarão os serviços aqui elencados, nos moldes dos itens 4.3.2 do Termo de Referência;

**VII** - responsabilizar-se integral e diretamente pelas infrações de trânsito cometidas por suas(seus) empregadas(os) quando na execução dos serviços objeto do Termo de Referência, promovendo os pagamentos das multas eventualmente aplicadas nos prazos estabelecidos pelos órgãos de trânsito;

**VIII** - responsabilizar-se direta e integralmente, em caso de acidente veicular, pela totalidade do valor correspondente aos danos materiais e/ou indenizatórios, inclusive quando causados a terceiros, quando lhes for atribuída culpa ou dolo pelo ocorrido. A culpa ou dolo serão comprovados nos termos do item 6.1.7 do Termo de Referência;

**IX** - responsabilizar-se, diretamente, pelo pagamento da franquia do seguro veicular, no caso de ocorrência de quaisquer sinistros causados por suas(seus) empregadas(os), durante a execução dos serviços objeto do Termo de Referência, quando lhes for atribuída culpa ou dolo pelo ocorrido. A culpa ou dolo serão comprovados nos termos do item 6.1.7 do Termo de Referência;

**X** - providenciar para que suas(seus) empregadas(os), em caso de qualquer acidente, diligenciem às autoridades competentes para a realização da respectiva perícia técnica, sob pena de responsabilização da Contratada, independentemente de culpa ou dolo da(o) empregada(o);

**XI** - controlar, nas dependências das Diretoria Do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO, a frequência das(os) empregadas(os) disponibilizados para a execução das atividades aqui especificadas, estabelecendo, de comum acordo com as Diretoria Do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO, a melhor maneira ou o melhor instrumento para tanto;

**XII** - orientar as(os) empregadas(os) da contratada, disponibilizados para os serviços objeto do Termo de Referência, para:

a) apresentar-se ao serviço com aparência asseada, cuidando da higiene pessoal e do vestuário;

b) manter reserva no que toca à conversação com as pessoas que transportarem, respondendo-lhes sempre de forma polida, gentil, objetiva e clara;

c) contactar a Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO para inteirar-se sobre os procedimentos a serem tomados no caso de acidentes com ou sem vítimas;

d) Não fumar enquanto estiverem na execução dos serviços, bem assim nas dependências em que o uso do tabaco ou cigarro eletrônico não forem permitidos;

e) Não ingerir bebidas alcoólicas enquanto executarem suas atividades, tampouco portá-las no interior dos veículos;

f) Não utilizar aparelhos sonoros no interior dos veículos, tampouco acionar o aparelho de som deles, exceto se solicitado pelo transportado;

g) Não conduzir pessoas estranhas aos serviços oficiais;

h) Obedecer fielmente a todas as normas de trânsito;

i) Zelar pelos veículos que conduzir, em especial, pela limpeza dos mesmos.

**XIII** - substituir imediatamente a(o) empregada(o) que faltar ao serviço, sob pena de ter descontado do pagamento mensal da fatura o valor correspondente a cada uma das ausências, que será calculada pela seguinte equação:

$$A = Vm / 22$$

onde:

A = valor da ausência da(o) condutor(a)

Vm = valor mensal por posto.

**XIV** – atender de imediato às orientações da Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO quanto à execução dos serviços;

**XV** - substituir quaisquer empregadas(os) que tratem de forma despolida, descortês ou rude as pessoas a serviço da Justiça Eleitoral de Goiás;

**XVI** - responder, integral e diretamente, por prejuízos que suas(seus) empregadas(os) causarem aos serviços, aos veículos, às instalações físicas e/ou equipamentos quando da execução das atividades;

**XVII** - cumprir todos os dispositivos legais atinentes à execução dos serviços;

**XVIII** - apresentar, anexos à Nota Fiscal/Fatura mensal, os comprovantes de quitação das verbas salariais, trabalhistas, dos encargos sociais e previdenciários dos empregados que executarem os serviços contratados, correspondentes ao mês de competência imediatamente anterior ao da emissão da Nota Fiscal/Fatura, bem como a documentação exigida pelo Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017;

**XIX** - encaminhar à fiscalização, junto à primeira fatura, os seguintes documentos: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

**XX** - comunicar imediatamente o desligamento de empregado(s) utilizado(s) na execução deste contrato, apresentando a versão original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

**a)** termos de rescisão dos contratos de trabalho devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

**b)** comprovantes de quitação das respectivas verbas rescisórias;

**c)** guias de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS;

**d)** extratos de depósitos feitos nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;

**e)** exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

**XXI** - responsabilizar-se diretamente por todas as despesas salariais, trabalhistas, bem como pelos encargos sociais e previdenciários dos seus empregados disponibilizados para a execução das atividades às quais pertine este Termo de Referência, assim como cumprir todas as determinações provenientes de Convenção Coletiva de Trabalho ou de outro instrumento a que a legislação atribua o mesmo valor;

**XXII** - apresentar, em até 10 (dez) dias após o início dos serviços ou, em caso de substituição de empregado, cópia do atestado de saúde ocupacional, do recibo de entrega dos EPI's e dos uniformes e da carteira de trabalho dos empregados, constando o registro dos contratos de trabalho, observado o prazo legal para assinatura

**XXIII** - indicar e manter atualizados os números de telefone fixo, móvel e endereço de e-mail da Contratada, para que a Diretoria do Foro Eleitoral de Aparecida de Goiânia e Goiânia-GO proceda a quaisquer comunicações oficiais;

**XXIV** - manter preposta(o) no município de Goiânia ou em sua Região Metropolitana, informando número de telefone móvel disponível para contato em qualquer horário em que se dê a prestação dos serviços, com vistas a possibilitar a solução de eventuais problemas que surjam no decorrer das atividades;

**XXV** - manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto que tomar conhecimento em razão da execução do presente contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

**XXVI** - manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção, treinamento e subordinação trabalhista dos recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços contratados;

**XXVII** - zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do **CONTRATANTE**, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

**XXVIII**- cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas de higiene e segurança do trabalho, práticas sustentáveis, normas disciplinares e demais regulamentos do **CONTRATANTE**, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiverem contato no local de execução dos serviços, dispensando especial atenção aos portadores de necessidades especiais e/ou aqueles com mobilidade reduzida;

**XXIX** - cuidar para que o(s) empregado(s) designado(s) para a execução dos serviços objeto deste Contrato zelem pelo patrimônio público;

**XXX** - arcar com todo dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por dolo ou culpa, inclusive de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, excetuados o caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, e que serão avaliadas pelo **CONTRATANTE**, cumprindo-se observar que:

**a)** eventuais valores devidos pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** poderão ser descontados dos pagamentos pendentes ou vincendos;

**b)** o fato de o **CONTRATANTE** fiscalizar e acompanhar todo o procedimento não exclui nem reduz a obrigação expressa no presente item.

**XXXI** - realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidentes de trabalho e outras especificadas nas normas coletivas;

**XXXII**- comprovar mensalmente, através da pertinente documentação, o cumprimento de todas as obrigações devidas aos empregados vinculados à execução do presente contrato, sob pena de, em caso de recusa ou falta de exibição desta, inviabilizar o ateste da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), obstando, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, o(s) pagamento(s) que lhe for(em) devido(s) até que seja cumprida a exigência, e ainda, sujeitando à aplicação das penalidades previstas neste contrato;

**XXXIII** - prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**;

**XXXIV** – providenciar o transporte dos seus empregados vinculados à execução contratual, em caso de greve/indisponibilidade no sistema de transporte coletivo do local da prestação dos serviços;

**XXXV** - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;

**XXXVI**- assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, comerciais e obrigações sociais resultantes da execução do presente contrato;

**XXXVII**– manter, sem interrupção, quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços contratados, inclusive no caso de solicitações extraordinárias nos períodos eleitorais e em eventos especiais, cumprindo-se observar que não serão aceitas justificativas para falta de empregados, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregado;

**XXXVIII** – substituir imediatamente os empregados que não forem qualificados para a execução dos serviços ou que não atenderem a quaisquer exigências atribuídas à **CONTRATADA**;

**XXXIX** - responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços contratados, bem como pelos danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, ocorridos ou não nos locais de prestação dos serviços;

**XL** - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Pregão Eletrônico TRE-GO nº. XX/XXXX;

**XLI** - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

**XLII**- apresentar, juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is) de serviço/fatura(as), como condição para ser(em) atestada(s), a documentação exigida pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, descritas na Cláusula Sexta - Do Pagamento;

**XLIII** - comunicar, ao representante do **CONTRATANTE**, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

**XLIV** - responsabilizar-se diretamente pelo pagamento, nos prazos legais, de todas as despesas relativas aos profissionais que alocar para a execução das atividades estabelecidas neste instrumento, tais como: salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei ou Convenção Coletiva de Trabalho;

**XLV** - cumprir os indicadores quanto à qualidade na execução dos serviços, consoante especificado no item 9 do Termo de Referência;

**XLVI** - não contratar durante a vigência desta avença empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**XLVII** - autorizar, no momento da assinatura do Contrato, o **CONTRATANTE** a fazer o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores referentes às provisões dos encargos trabalhistas mencionados no art. 4º da Resolução CNJ nº 169/2013 e Portaria nº 70/2019-PRES;

**XLVIII** - autorizar a abertura, em nome da **CONTRATADA**, de conta vinculada em banco público oficial, bloqueada para movimentação, onde serão depositados os valores relativos às provisões dos encargos trabalhistas mencionados no art. 4º da Resolução CNJ nº 169/2013 e Portaria nº 70/2019-PRES;

**XLIX** - autorizar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte da empresa, até o momento da regularização, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento contratual;

**L** - estar ciente de que, em atendimento ao art. 9º da Resolução CNJ nº 169/2013 e art. 10 da Portaria nº 70/2019-PRES, os valores referentes às provisões dos encargos trabalhistas mencionados no art. 4º da referida Resolução deixarão de compor o valor do pagamento mensal à **CONTRATADA**, e serão depositados em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação:

**a)** férias;

**b)** 1/3 constitucional;

**c)** 13º salário;

**d)** multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e

**e)** incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

**§ 1º** Os profissionais designados pela **CONTRATADA** para execução dos serviços deverão apresentar-se no local de trabalho pontualmente, mantendo boa aparência e com crachá de identificação.

**§ 2º** A **CONTRATADA** operará como prestadora de serviços e, consequentemente, os profissionais que alocar para a execução dos serviços objeto deste instrumento não terão vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo remunerados diretamente pela **CONTRATADA**, que será inteiramente responsável por todo o ônus e encargos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e social vigente, como única empregadora da mão de obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

**§ 3º** A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem pode onerar o presente contrato.

**§ 4º** O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta Cláusula, bem como a manutenção da **CONTRATADA** em situação irregular perante as obrigações fiscais e trabalhistas poderá configurar, conforme o caso, inexecução total ou parcial do contrato, podendo implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente instrumento e demais cominações legais.

**§ 5º** A **CONTRATADA** não poderá colocar à disposição do **CONTRATANTE**, para ocupar função de chefia no desempenho da execução dos serviços contratados, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

**I** - atos de improbidade administrativa;

**II** - crimes:

**a)** contra a administração pública;

**b)** contra a incolumidade pública;

**c)** contra a fé pública;

**d)** hediondos;

**e)** praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

**f)** de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

**g)** eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

**h)** de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

**III** - na mesma proibição incidem aqueles que tenham:

**a)** praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

**b)** sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

**c)** suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

**IV** - não se aplicam as vedações acima discriminadas quando o crime tenha sido culposo ou considerado de menor potencial ofensivo;

**V** - deixam de incidir as vedações acima descritas depois de decorridos 05 (cinco) anos da:

**a)** extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;

**b)** decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

**c)** rejeição das contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas; ou

**d)** cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

**§ 6º** A **CONTRATADA** autoriza, ainda, o **CONTRATANTE** a:

**a)** reter, a qualquer tempo, a garantia prevista na Cláusula Décima Segunda deste Contrato;

**b)** fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS**

**I** – As provisões de encargos trabalhistas relativas às férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, a serem pagas pelo Tribunal à **CONTRATADA** para prestar os serviços objeto desta contratação, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada em banco público oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da **CONTRATADA**.

**a)** A movimentação da conta vinculada será mediante autorização do **CONTRATANTE**, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações;

**b)** A solicitação de abertura e a autorização para movimentar a conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação - serão providenciadas pelo Ordenador de Despesa ou servidor designado pelo **CONTRATANTE**.

**II** – A fração do preço mensal do contrato que corresponda ao somatório dos encargos sociais devidos aos empregados da **CONTRATADA** alocados nos postos de trabalho será provisionada pelos seguintes percentuais abaixo: **XX %**

<b>CONTA VINCULADA</b> <b>PROVISIONAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS</b>
<b>LUCRO PRESUMIDO (LP) OU LUCRO REAL (LR)</b>
<b>ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS*</b>
<b>XX%</b> <b>(LP OU LR - MÍNIMO 34,80% MÁXIMO DE 37,80%)</b>

<b>13º SALÁRIO + FÉRIAS + 1/3 CONSTITUCIONAL</b> <b>(A)</b>
<b>19,44%</b>
<b>INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE 13º SALÁRIO, FÉRIAS E 1/3 CONSTITUCIONAL</b> <b>(B)</b>
<b>XX%</b>
<b>MULTA SOBRE O FGTS</b> <b>(C)</b>



3,2%
<b>PERCENTUAIS TOTAIS DE PROVISIONAMENTO (A+B+C)</b>
<b>XX%</b>

**III** - Os valores provisionados para o atendimento do disposto no item II serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes no edital e neste contrato;

**IV** - O **CONTRATANTE** promoverá abertura de conta vinculada, em banco público oficial, nos termos da Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, e da Portaria nº 70/2019, de 21 de março de 2019 do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, sendo que não haverá despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada em razão de negociação com a instituição financeira;

**V** - A assinatura deste contrato, a ser firmado entre o TRE-GO e a empresa vencedora, será sucedida dos seguintes atos:

**a)** solicitação pelo **CONTRATANTE** ao Banco, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, no nome da **CONTRATADA**, devendo o banco público oficiar ao **CONTRATANTE** sobre a abertura da referida conta corrente;

**b)** assinatura, pela **CONTRATADA**, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do **CONTRATANTE**, sob pena de multa, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao **CONTRATANTE** ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do **CONTRATANTE**, conforme modelo (Anexo XXXX).

**VI** - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, serão remunerados pelo índice da poupança ou por outro definido no acordo de cooperação com o banco oficial, sempre escolhido o de maior rentabilidade;

**VII** - Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item II desta Cláusula, depositados na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor do pagamento mensal à **CONTRATADA**;

**VIII** - Durante a execução do contrato poderá ocorrer liberação de valores da conta vinculada mediante autorização do **CONTRATANTE**, que deverá expedir ofício ao banco público oficial;

**IX** - A **CONTRATADA** poderá solicitar autorização do **CONTRATANTE** para:

**a)** resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item II desta Cláusula, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela **CONTRATADA** para prestação dos serviços contratados; e

**b)** movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, diretamente para a conta corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item II desta Cláusula.

**X** - Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, conforme previsto na alínea “a” do item IX, a **CONTRATADA**, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item II desta Cláusula, podendo requerer o resgate do lucro incidente sobre as rubricas pagas pela **CONTRATADA**;

**XI** - O **CONTRATANTE** expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata a alínea “a” do item IX, acrescido do valor do lucro incidente sobre as rubricas pagas, encaminhando a referida autorização ao banco público no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela **CONTRATADA**;

**XII** - Na situação descrita na alínea “b” do item IX, o **CONTRATANTE** solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos;

**XIII** - eventuais saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, serão liberados à **CONTRATADA** no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços contratados;

**XIV** - Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a **CONTRATADA** e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de 1 (um) ano de serviço, o **CONTRATANTE** deverá requerer, por meio da **CONTRATADA**, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos;

**XV** - No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a **CONTRATADA** poderá adotar um dos procedimentos indicados nas alíneas do item IX desta Cláusula, devendo apresentar ao **CONTRATANTE**, na situação consignada na alínea “b” do referido item, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA À EXECUÇÃO DO CONTRATO

Para garantir o fiel cumprimento de todas as disposições do presente instrumento, a **CONTRATADA** prestará, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia à execução contratual, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, podendo essa optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

§ 1º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) ressarcimento à Administração, no caso de rescisão contratual havida por culpa da **CONTRATADA**;
- c) prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) multas moratórias e/ou punitivas aplicadas à **CONTRATADA**, ainda que não cumuladas com a rescisão contratual;
- e) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela **CONTRATADA**.

§ 2º A garantia prestada deverá vigor da data de assinatura deste contrato até 90 (noventa) dias após o término da vigência do mesmo, salvo se o **CONTRATANTE** tiver instaurado, em desfavor da **CONTRATADA**, processo administrativo destinado à aplicação de sanções, apuração de prejuízos, de descumprimento contratual e etc., situação na qual a garantia deverá vigor por até 30 (trinta) dias contados da decisão final daquele processo administrativo, devendo o garantidor ou fiador, nos casos de seguro-garantia e fiança bancária, ser comunicado, por intermédio da unidade gestora da contratação, da instauração daquele processo.

§ 3º Não serão aceitas garantias que restrinjam ou excluam de sua cobertura os eventos indicados no § 1º, bem como aquelas que não prevejam, expressamente, as disposições do § 2º, ambos da presente cláusula.

§ 4º A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada, conforme o modelo constante do Anexo XXXX, do Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº. XX/XXXX.

§ 5º A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação e, caso o referido pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido na alínea “c” do subitem 1.2 do Anexo VII-B, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, observada a legislação que rege a matéria.

§ 6º Findo o prazo de vigência contratual, não havendo pendências a serem satisfeitas pela garantia, esta poderá ser levantada antes do término do trimestre estabelecido no § 2º desta Cláusula.

§ 7º Havendo prorrogação do prazo de vigência deste contrato, cumprirá à **CONTRATADA** providenciar, se necessário, a prorrogação/renovação da garantia à execução contratual.

§ 8º A **CONTRATADA** obriga-se, nos casos em que a garantia não mais representar 5% (cinco por cento) do valor total global deste contrato, a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificada pelo **CONTRATANTE**.

§ 9º A inobservância do prazo fixado para apresentação e/ou reposição da garantia poderá acarretar para a **CONTRATADA**, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, a aplicação de multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até no máximo 2% (dois por cento).

§ 10. O atraso injustificado na apresentação e na reposição da garantia superior a 25 (vinte e cinco) dias poderá acarretar a rescisão unilateral deste contrato, sem prejuízo da multa prevista no § 9º e demais cominações contratuais e legais.

§ 11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do **CONTRATANTE**.

§ 12. O **CONTRATANTE** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

§ 13. Cabe ao **CONTRATANTE** apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas **c** e **d** do § 12 desta cláusula.

§ 14. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

nº XX/XXXX. **Parágrafo Único.** A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a Planilha de Custos e Formação de Preços, referida no Anexo XX, do Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REPACTUAÇÃO**

Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitada pela **CONTRATADA** e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o valor consignado no presente Contrato poderá ser repactuado, competindo à solicitante justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior posicionamento do **CONTRATANTE**, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa MPDG nº 5, de 2017, conforme abaixo disciplinado.

§ 1º O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

§ 2º Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 01 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

§ 3º A **CONTRATADA** poderá exercer, perante o **CONTRATANTE**, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente ou antes do encerramento do contrato.

§ 4º Caso a **CONTRATADA** não apresente de forma tempestiva seu pedido de repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ou então, caso haja o seu encerramento, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

§ 5º As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, com memória de cálculo de cada item de custo que compõe o preço do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria envolvida na execução dos serviços contratados, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

§ 6º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

§ 7º Quando da solicitação da repactuação, a variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos mesmos, considerando-se:

- a) os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) as particularidades do contrato em vigência;
- c) a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- e) a disponibilidade orçamentária do **CONTRATANTE**.

§ 8º O **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

§ 9º Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação produzirão efeitos:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação como regra geral;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anuidade em repactuações futuras.

§ 10. O **CONTRATANTE** deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação vantajosa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO**

Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Por força do presente instrumento, com supedâneo nos termos expressos na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002, considerar-se-á infração administrativa cometida pela **CONTRATADA** quando:

- I – inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência dessa contratação;
- II – ensejar o retardamento da execução do objeto;

- III** – fraudar a execução do contrato;
- IV** – comportar-se de modo inidôneo;
- V** – cometer fraude fiscal;
- VI** – descumprir a proposta.

**§ 1º** Se a **CONTRATADA** cometer quaisquer das infrações discriminadas acima, ficará sujeita, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a)** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o **CONTRATANTE**;

**b)** multa moratória de 0,666% (zero vírgula seiscentos e sessenta e seis por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como pelo atraso na abertura da conta-depósito vinculada, até o limite de 10% (dez por cento);

**c)** multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**d)** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**e)** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE** pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**f)** impedimento de licitar e contratar com a União, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

**g)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da **CONTRATADA**, que será concedida pela autoridade coatora mediante o ressarcimento ao **CONTRATANTE** dos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”.

**§ 2º** Também ficará sujeita às sanções descritas acima, se a **CONTRATADA**:

**a)** tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**b)** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

**c)** demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**§ 3º** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/1999.

**§ 4º** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da infração cometida pela **CONTRATADA**, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade.

**§ 5º** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**§ 6º** As cláusulas penais estabelecidas neste instrumento não excluem a possibilidade do **CONTRATANTE** exigir da **CONTRATADA** ressarcimentos complementares excedentes às multas.

**§ 7º** As multas impostas à **CONTRATADA**, decorrentes de inexecução parcial ou total do presente ajuste, serão cobradas em dobro nos casos de reincidência, não podendo ultrapassar a 100% (cem por cento) do valor total do contrato (artigo 412 CCB), sem prejuízo de cobrança de perdas e danos causados à Administração e eventual rescisão contratual, cumprindo-se observar que:

**a)** independentemente da aplicação de multa, deverá a **CONTRATADA** realizar o ressarcimento integral das perdas e danos causados ao **CONTRATANTE**, decorrentes da inexecução, parcial ou total, das obrigações contratadas;

**b)** para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto;

**c)** as multas a serem aplicadas, a título de reincidência, considerarão todo o período de vigência da execução do contrato, inclusive eventuais prorrogações.

**§ 8º** Da aplicação das penalidades estabelecidas na presente cláusula caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação.

**§ 9º** Os valores referentes às multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela **CONTRATADA** serão descontados de eventuais créditos de qualquer natureza devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

**§ 10.** Se ainda restar crédito ao **CONTRATANTE**, após se valer de eventuais créditos devidos à **CONTRATADA**, ficará obrigada, esta última, a pagar a importância remanescente devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação, conforme os termos e dados especificados no documento.

**§ 11.** Esgotados os meios administrativos de cobrança, os valores devidos pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** serão encaminhados para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

**§ 12.** Para os fins deste contrato, entende-se:

**a)** inexecução contratual – o inadimplemento injustificado de obrigação contratual que não mais poderá ser cumprida pela **CONTRATADA**, seja por não mais existir utilidade para o **CONTRATANTE**, seja por outros motivos apurados conforme o caso concreto, caracterizando inadimplemento contratual absoluto;

**b)** mora – o inadimplemento injustificado de obrigação contratual que ainda poderá ser cumprida pela **CONTRATADA** por ser útil para o **CONTRATANTE**, caracterizando atraso no cumprimento da obrigação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato poderá ensejar sua rescisão, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Sexta – Das Penalidades e Recursos Administrativos, do presente instrumento.

**§ 1º** No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o **CONTRATANTE** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

**§ 2º** Nos casos de rescisão provocada por inadimplemento da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** poderá:

- a)** reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos/danos ao erário, já calculados ou estimados;
- b)** executar, para ressarcimento da Administração, a garantia prestada pela **CONTRATADA**, nos termos do § 1º, alínea “b”, da Cláusula Décima Segunda - Da Garantia à Execução do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE**

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da Cidade de Goiânia - GO, Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo as exceções previstas no art. 109, inc. I, da Constituição Federal.

E por estarem deste modo acordadas, as partes mandaram redigir o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, que, lidas e achadas conformes, serão assinadas pelos representantes dos contratantes, na forma manuscrita ou digital, sendo uma via anexada ao Processo SEI nº 22.0.000005796-0.

Gabinete da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, em Goiânia, na data registrada na última assinatura digital.

Assinatura eletrônica  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

**DIRETOR-GERAL DO TRE/GO**  
**CONTRATANTE**

Assinatura eletrônica

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADA**

---



Documento assinado eletronicamente por **BENEDITO DA COSTA VELOSO FILHO, ANALISTA JUDICIÁRIO**, em 12/08/2022, às 18:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-go.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0331539** e o código CRC **B00DAE74**.